



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

Vara do Trabalho de José Bonifácio

Agosto/2024





SOS/RS-15

Chave PIX
falecom@amatraxv.org.br



Em nome de "AMATRA XV"





SUMÁRIO

Apresentação	4
Diagnóstico	10
Audiências e Produtividade	15
Fase de Conhecimento	30
Fase de Cumprimento de Sentença	35
Metas CNJ	45
Arrecadação	47
Deliberações Finais	48



1. APRESENTAÇÃO



#ParaTodosVerem: foto de Sua Excelência a Desembargadora Corregedora **Rita De Cássia Penkal Bernardino De Souza**

Em 15 de Agosto de 2024, Sua Excelência a Desembargadora **RITA DE CÁSSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA**, Corregedora Regional, em cumprimento ao artigo 29, II, do Regimento Interno, presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 12/2024, disponibilizado no DEJT, caderno judiciário de 5/7/2024, página 1.093.

A Equipe de Correição

Vlademir Nei Suato

Adilson Sergio Bertoldo Junior
Alessandra Santos Terçarioli da Silva
Angela Cornacini

Edna Mitiyo Yoshioka Lanfredi
Flavia Andre Carbonieri
Giovana Elisa Ribeiro Berteli Costa
José Vanderlei Pagan
Lilian Lawall Guedes
Luiz Antônio Bueno

Marcos Antônio Mendes
Maria Luisa Prando dos Santos Martins
Natália Magnani Salomão
Nivia Silva Pedrosa Franceschi
Suely Suzuki

Atualmente, a equipe de correições é composta por **profissionais especializados** responsáveis por elaborar a Ata Correicional, dedicando-se de maneira detalhada aos **dados estatísticos e mantendo uma abordagem atenta à realidade da Unidade.**



Vara do Trabalho de José Bonifácio

PJeCOR	
0000591-61.2021.2.00.0515	15 de Agosto de 2024
	Juíza Titular Ana Paula Silva Campos Miskulin Juiz Substituto em auxílio compartilhado Aluisio Teodoro Falleiros

A Equipe da Vara do Trabalho



#ParaTodosVerem: Denise Bitar Rossetti Marques, Amanda dos Santos Galindo, Andrea Cristina Luz Basilio D'Andrea, Dr. Aluísio Teodoro Falleiros, João Marcelo Mattos Siqueira e Renato Kazuo Sassaki. Não estão na foto: Dra. Ana Paula Silva Campos Miskulin, Fabiola Clemente Manzoli, Claudia Maria Cassavia Karam Meirelles, Ebersson Silva Mazioto, Milena Aparecida Elias Alves, Neide Alves, Silvia Mano Hackme Arabe, Marlon Marcelo Murari, Renato David Toloy e Maria Vitoria Goncalves.



Vara do Trabalho de José Bonifácio

Lotação atual da Unidade:	9 servidores
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019 (sem adicional):	9 servidores
⚠️ “DELTA” da Vara:	DE ACORDO
Lotação atual de Oficiais de Justiça	2 oficiais
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019	2 oficiais
⚠️ “DELTA” dos Oficiais de Justiça:	DE ACORDO

- A servidora Fabiola Clemente Manzoli é assistente da Juíza Titular (Ana Paula Silva Campos Miskulin) e atua em teletrabalho (SIGEP 8245/2024). A servidora Claudia Maria Cassavia Karam Meirelles é assistente do Juiz Substituto em auxílio compartilhado (Aluisio Teodoro Falleiros), e atua em teletrabalho (PROAD 3428/2020)
- Além dos assistentes, há 3 servidores atuando em regime de teletrabalho: João Marcelo Mattos Siqueira (PROAD 32784/2024), Neide Alves (PROAD 31267/2023) e Silvia Mano Hackme Arabe (PROAD 3308/2024). Além disso, a servidora Milena Aparecida Elias Alves (PROAD 8599/2022) atua em condição especial de trabalho.
- Os oficiais de justiça Marlon Marcelo Murari e Renato David Toloy atuam na Unidade.
- Há uma estagiária na Unidade: Maria Vitoria Goncalves, do Centro de Integração Empresa Escola.

VALE LEMBRAR

- Os modelos de trabalho presencial e teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, deverão observar os termos do Ato Regulamentar nº 10/2018, com alteração da Resolução Administrativa nº 3/2023.



Vara do Trabalho de José Bonifácio



Jurisdição: Adolfo, José Bonifácio, Mendonça, Nipoã, Nova Aliança, Planalto, Ubarana, União Paulista e Zacarias
Lei de criação nº: 8.432/92
Data de instalação: 07/04/1995

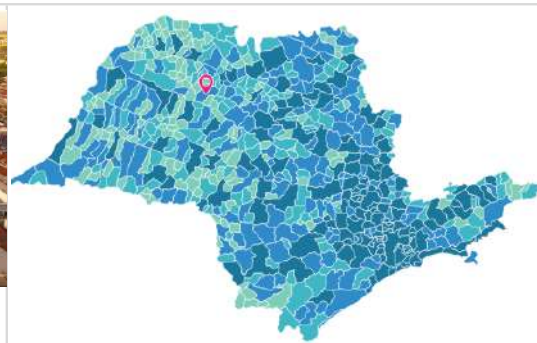
Informações da localidade:

Localizado no noroeste estado de São Paulo, José Bonifácio é um município cuja população, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e conforme o último censo, de 2022 totaliza 36.633 pessoas.



Fonte: Prefeitura de José Bonifácio, 2024

#ParaTodosVerem: foto da cidade

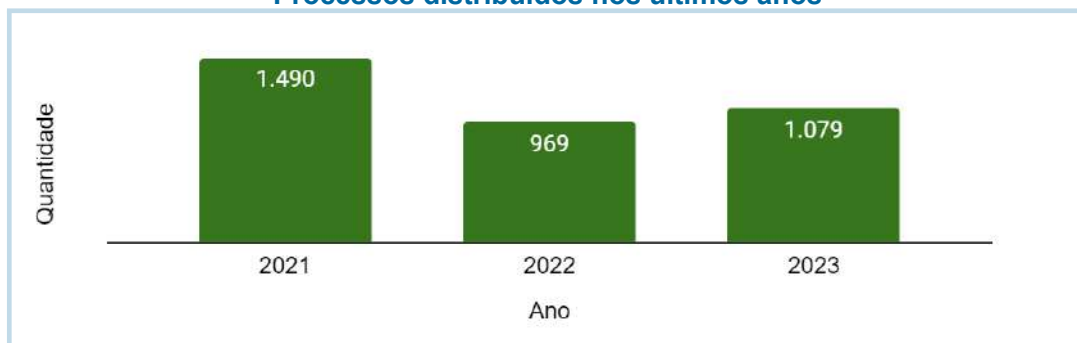


Fonte: IBGE, 2024

#ParaTodosVerem: imagem do mapa do Estado de São Paulo, com destaque para o município de José Bonifácio.

Faixa de Movimentação Processual [1001 a 1500 processos]

Processos distribuídos nos últimos anos



A faixa de movimentação processual é calculada com base na média dos processos distribuídos nos três anos anteriores.

Em 2024, até o mês de maio, foram distribuídos 535 processos.



Missão do Tribunal Regional da 15ª Região: realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Fonte: Plano Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026

**“CON” + “REGERE” = CORREIÇÃO
= REGÊNCIA EM DUPLA.**



#ParaTodosVerem: foto de mãos unidas.



#ParaTodosVerem: foto de peças de quebra cabeça sendo juntadas.

A origem da palavra "Correição" remonta ao latim, derivada de "*regere*", que significa "deixar como deve ser", combinado com o prefixo "*com*", que denota "junto de". Nesse contexto, o propósito da correição não se limita apenas à correção de erros, mas, de maneira conjunta, visa alinhar procedimentos para aprimorar o atendimento ao jurisdicionado.



CANAL DE COMUNICAÇÃO



#ParaTodosVerem:
desenho de três pessoas
de mãos dadas sobre três
peças unidas de
quebra-cabeça, uma das
pessoas com a mão
estendida para uma
quarta de pé sobre outra
peça, separada das
demais.

A Corregedoria Regional reconhece que os **dados estatísticos**, por si só, não são suficientes para determinar o desempenho de uma Unidade. É imprescindível uma **análise conjunta dos dados coletados e das circunstâncias específicas** em que a Unidade judiciária opera. Essa abordagem permite extrair **parâmetros relevantes para a gestão e aprimoramento** da prestação jurisdicional local. O ponto de partida para esse processo é a consideração da **experiência singular da Unidade e de sua equipe**.



A Corregedoria preserva um canal de comunicação com a primeira instância e **mantém contato com a Unidade** para conhecer as ocorrências relevantes desde a última autoinspeção para aprimoramento dos dados para a correição anual.



2. DIAGNÓSTICO



- Consultas realizadas no período de 30/7 a 31/7/2024.
- ◆ Relatório Correicional anterior com dados de 8/2022 a 6/2023.
- ◆ Relatório Correicional atual com dados de 08/2023 a 05/2024.



Consulte o **Anexo II - Glossário** para obter mais informações sobre os termos e relatórios utilizados e o **Anexo III - Normas institucionais** para o inteiro teor dos normativos.

Após análise dos **dados apresentados no Anexo I - Relatório Correicional**, foram feitas as seguintes constatações:

Macrovisão

✓	Os mesoindicadores Celeridade (prazos médios nas fase de Conhecimento e Cumprimento de Sentença) e Produtividade (percentual de processos solucionados) apresentaram variação bastante positiva.
⚠	O resultado IGEST da Unidade teve uma variação que foi influenciada pela queda em dos mesoindicadores Acervo, Congestionamento e Força de Trabalho.
✓	O número de audiências telepresenciais realizadas é compatível com o número de processos com adesão ao “Juízo 100% Digital”.
⚠	Necessidade de registrar adequadamente a modalidade de audiência no PJe.
⚠	Necessidade de manter a gestão da pauta de audiências com foco na contenção do aumento das audiências canceladas.
⚠	Informar o prazo para as pautas de audiências em dias corridos, por ocasião da autoinspeção.
⚠	Necessidade de conduzir a gestão para redução dos processos com o chip “Audiência - não designada”, no que couber.



Vara do Trabalho de José Bonifácio

	Necessidade da correta atribuição do rito de procedimento dos processos na designação de audiências no sistema PJe.
	Suspender a designação de pauta para processos com entes públicos no polo passivo, senão, manter apenas nas hipóteses do normativo.
	Implantação da utilização de link único permanente na plataforma Zoom para realização de audiências virtuais.
	Aumento na solução dos processos por conciliação em relação ao período correicional anterior na fase de conhecimento.
	Sugere-se avaliar a viabilidade de encaminhamento de processos na Fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada com potencial conciliatório para o CEJUSC.
	Necessidade de gerir o acervo de processos pendentes de solução, diante da elevação de processos recebidos.
	Necessidade de gerir os acervos de processos aguardando 1ª audiência, assim como dos pendentes de finalização, com foco nas suas reduções.
	Redução do prazo médio acumulado da fase de conhecimento, resultante da maior agilidade na condução dos processos até o encerramento da instrução.
	Necessidade de que o procedimento de controle de perícias restrinja a comunicação entre partes e peritos por meio, exclusivamente, do processo no sistema PJe, onde também serão informados locais e datas da perícia.
	Necessidade de condução da gestão para reduzir a quantidade de processos pendentes de baixa na fase de execução, ensejando a redução da taxa de congestionamento na fase.
	Tendência de elevação da quantidade de processos pendentes de finalização na etapa de execução forçada, bem como de suas idades médias, o que sugere a necessidade de planejamento direcionado à gestão desse acervo.



Vara do Trabalho de José Bonifácio

✓	Redução do prazo médio nas etapas de liquidação e execução forçada.
⚠	Necessidade de gerir as diligências pendentes de cumprimento com o prazo vencido.
✓	A distribuição de mandados está igualitária.
✓	Meta 1, Meta 2 e Meta 5 do CNJ foram cumpridas.





A primeira análise para obter um diagnóstico da Unidade é feita por meio do **Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho - IGEST**.



#ParaTodosVerem: infográfico com os resultados dos cinco mesoindicadores do IGEST da Unidade.



O infográfico traz o resultado do IGEST ao centro e os mesoindicadores que o compõem ao redor (Acervo, Força de Trabalho, Celeridade, Congestionamento e Produtividade).



Registre-se a indisponibilidade dos dados dos mesoindicadores e do Igest referente ao quadro “correição atual” no Relatório Correicional (página 1) em virtude do novo mapeamento nacional dos itens do e-Gestão utilizados no cálculo do Igest.



O resultado IGEST da Unidade teve variação geral influenciada especialmente pelos índices dos mesoindicadores Acervo (processos pendentes e processos pendentes de julgamento com prazo vencido), Congestionamento (pendentes de baixa da fase cumprimento de sentença) e Força de Trabalho (relação de percentual de processos tramitados e pendentes por servidor).



VALE LEMBRAR

- O encaminhamento dos autos à conclusão, tão logo decorra o prazo para razões finais, contribui para a celeridade processual.
- Contribuem para a redução do congestionamento na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada:
 - remessa de recursos ao E. TRT;
 - redistribuição;
 - arquivamento definitivo.
- Sempre que detectadas, a Unidade promoverá a correção de inconsistências dos registros processuais, a fim de garantir a autenticidade das informações estatísticas disponibilizadas no sistema e-Gestão.



3. AUDIÊNCIAS E PRODUTIVIDADE

3.1. AUDIÊNCIAS

3.1.1. Audiências Realizadas por Modalidade

Fonte: relatório do SAOPJe "Audiências 1º Grau"



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência) e, em linha, com o total realizado, no período de 2021 a 2023.



O gráfico reflete a relação do número de audiências realizadas na modalidade presencial com aquelas realizadas por videoconferência/telepresencial nos últimos três anos.



O número de audiências realizadas baixou devido à redução de casos novos ajuizados na unidade, que foi de 1889 em 2019 e 1500 em 2020 para 977 em 2022, além o auxílio compartilhado do Juiz substituto e da dedicação da unidade ao treinamento de novos servidores.



As audiências telepresenciais ocorrem mediante requerimento das partes, desde que não ocorra problemas técnicos, como falha de vídeo ou áudio. Nos demais casos, as audiências são presenciais.



Atualmente, estão em andamento 1539 processos sob o regime do "Juízo 100% Digital", dos quais 860 estão na fase de conhecimento.





Audiência designada por videoconferência no processo 0010955-09.2023.5.15.0110, que tramita no Juízo 100% Digital, e registrada no sistema PJe como se presencial fosse.

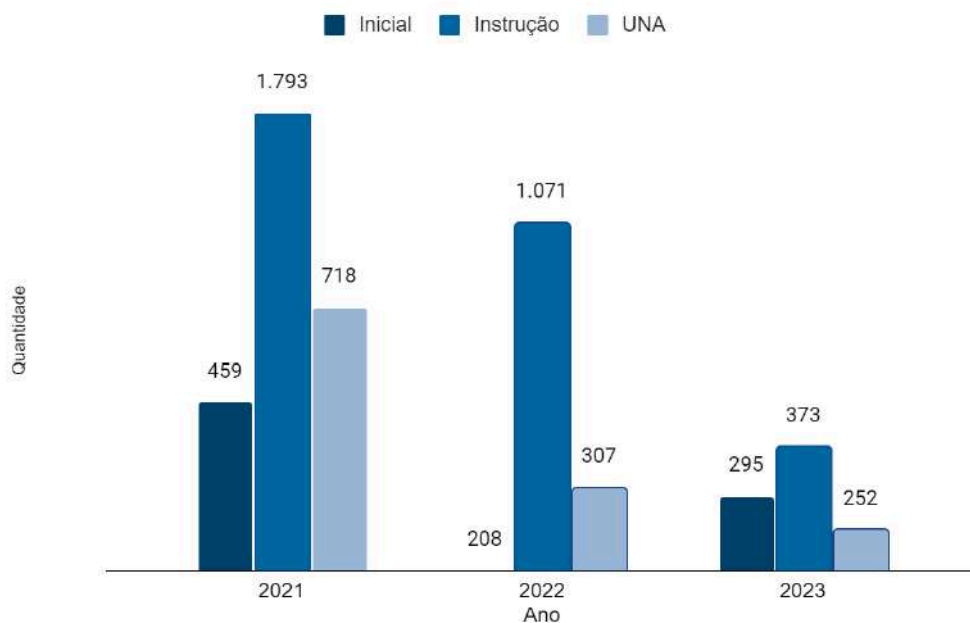
3.1.2. Audiências

Fonte: relatório do SAOPJe "Audiências 1º Grau".



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas e canceladas, no período de 2021 a 2023.

Cancelamento por tipo de audiência



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências canceladas por tipo, no período de 2021 a 2023.





O termo "cancelamento" é empregado para identificar as audiências possivelmente retiradas da pauta por realocações simples, devoluções de notificações ou solicitações das partes, assim como para aquelas redesignações que buscam antecipar a audiência, mesmo mantendo a mesma data.



Redução gradual e anual do cancelamento de audiências.



O cancelamento das audiências se deve à atuação do Juiz substituto no auxílio compartilhado com a Vara do Trabalho de Olímpia, fazendo com que houvesse remanejamento de pauta. Ademais, as redesignações ocorrem quando há pedido das partes ou notificações devolvidas.



Informaram ainda que, quando uma audiência é cancelada, ela está sendo redesignada para as seguintes datas:

- Iniciais do rito sumaríssimo: 11/8/2024;
- Iniciais do rito ordinário: 8/10/2024;
- Unas do rito sumaríssimo: 3/10/2024;
- Unas do rito ordinário: 29/10/2024;
- Instruções do rito sumaríssimo: 31/10/2024;
- Instruções do rito ordinário: 26/11/2024.

VALE LEMBRAR

- O cancelamento de audiências demanda a reestruturação da agenda, resultando em uma revisão suplementar e acarretando em investimento adicional de recursos humanos.



3.1.3. Pauta

Fonte: painel sistema PJe

Pesquisa realizada em 30/7/2024 por amostragem, referente à semana de 19 a 23/8/2024

	Sala 1		Sala 2		TOTAL da UNIDADE
	Presencial	Tele-presencial	Presencial	Tele-presencial	
Inicial (Ord/Sum)	9	13	4	11	37
UNA (Ord/Sum)	1	6	2	10	19
INS (Ord/Sum)	2	7	1	5	15
Conciliação (CON)	-	-	1	-	1
Conciliação (LIQ/EXE)	-	-	-	3	3
TOTAL	38		37		

SALA	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
1 - PRINCIPAL	-	✓	-	✓	-
2 - AUXILIAR	✓	-	✓	-	-

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de audiências designadas por sala (1 - principal e 2 - auxiliar), por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência), por rito e por dia da semana.

✓	Na Sala 1 - Principal estão designadas 38 audiências e, na sala 2 - Auxiliar, 37.
---	---



3.1.4. Datas e Prazos para Realização de Audiências (pauta futura)

Fonte: painel do sistema PJe (pesquisa realizada em 31/7/2024)

TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência Pesquisa atual (dias corridos)	Designação com regularidade até Pesquisa atual (Data mais distante)
	SALA 1 - PRINCIPAL		
INICIAIS/Sum	30	48	17/9/2024
INICIAIS/Ord	40	62	1/10/2024
UNAS/Sum	45	57	26/9/2024
UNAS/Ord	60	78	17/10/2024
INSTRUÇÕES/Sum	84	85	24/10/2024
INSTRUÇÕES/Ord	84	111	19/11/2024
CONCILIAÇÃO	-	28	28/8/2024

TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência Pesquisa atual (dias corridos)	Designação com regularidade até Pesquisa atual (Data mais distante)
	SALA 2 - AUXILIAR		
INICIAIS/Sum	30	49	18/9/2024
INICIAIS/Ord	40	61	30/9/2024
UNAS/Sum	45	49	18/9/2024
UNAS/Ord	60	63	2/10/2024
INSTRUÇÕES/Sum	84	63	2/10/2024
INSTRUÇÕES/Ord	84	105	13/11/2024
CONCILIAÇÃO	-	19	19/8/2024

#ParaTodosVerem: tabelas comparativas entre a informação da autoinspeção e a pesquisa atual, contendo as quantidades, datas e prazos para realização de audiências (pauta futura), divididas por sala (juiz titular e juiz auxiliar) e por rito processual.





Os prazos no relatório da autoinspeção parecem não ter sido contabilizados adequadamente. Um novo cálculo foi feito, com base nas datas informadas. Os prazos para realização das audiências na época da autoinspeção são, em dias corridos:

Juiz(íza) Titular

- INICIAIS (Sum): 50 dias
- INICIAIS (Ord): 64 dias
- UNAS (Sum): 50 dias
- UNAS (Ord): 64 dias
- INSTRUÇÕES (Sum): 73 dias
- INSTRUÇÕES (Ord): 94 dias

Juiz(íza) Auxiliar fixo(a)

- INICIAIS (Sum): 50 dias
- INICIAIS (Ord): 64 dias
- UNAS (Sum): 50 dias
- UNAS (Ord): 64 dias
- INSTRUÇÕES (Sum): 73 dias
- INSTRUÇÕES (Ord): 94 dias



Os quadros de audiências da Autoinspeção apresentam contagem de prazo discrepante para os mesmos dias.



Nos processos 0010634-71.2023.5.15.0110 e 0010007-33.2024.5.15.0110 do rito sumaríssimo, foram designadas audiências como se do rito ordinário fossem, em prejuízo da avaliação da celeridade quanto aos processos do rito sumaríssimo em comparação ao ordinário.



Há priorização do rito sumaríssimo na designação de audiências, já que elas possuem prazo inferior às do rito ordinário.



3.1.4.1. Idade Média dos Processos - Da Distribuição até a Prolação da Sentença

Fonte: Sistema e-SInCor

IDADE MÉDIA DOS PROCESSOS Da Distribuição até a Prolação da Sentença	
RITO	VALOR EM DIAS
Rito Sumaríssimo	91,30
Exceto Rito Sumaríssimo	108,81

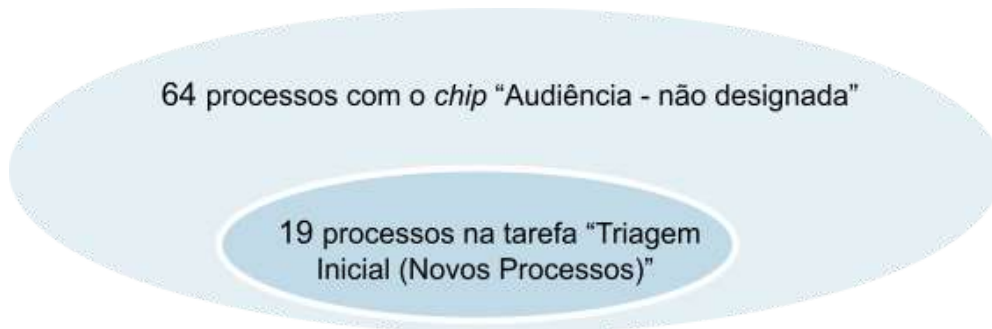
#ParaTodosVerem: tabela contendo a idade média dos processos, informando a duração, em dias, da distribuição até a prolação da sentença, por rito processual.



Na tabela acima, a idade média do acervo de processos distribuídos até a prolação de sentença, por rito, na Unidade.

3.1.5. Processos Pendentes de Inclusão em Pauta

Fonte: Painel do sistema PJe (consulta em 31/7/2024)



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos pendentes de inclusão em pauta.



Acima, o infográfico de quantos processos estão pendentes de designação de audiência e, dentre eles, quantos são novos.





Os processos nos quais são partes a União, o Estado, os Municípios e as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público são incluídos em pautas de audiências. Uma para controlar o fluxo de julgamentos. Quando há pedido de perícia, estes processos são colocados na pauta de audiências Iniciais. Também foi informado que o percentual estimado de processos com ente público corresponde a aproximadamente 5%.



Dentre os processos com o *chip* “Audiência não designada”, há alguns em que figuram entes públicos, para os quais é dispensada a designação de audiência em virtude dos normativos vigentes, como 0010715-83.2024.5.15.0110 e 0010803-24.2024.5.15.0110.



O processo mais antigo na “Triagem Inicial” é o 0010767-79.2024.5.15.0110 e data de 19/7/2024.



Verificam-se alguns processos contra entes públicos incluídos em pauta, como por exemplo os processos 0010423-98.2024.5.15.0110 e 0010527-90.2024.5.15.0110.

VALE LEMBRAR

- Priorizar a inclusão dos processos da tarefa “Triagem Inicial” na pauta de audiências, a fim de se evitar um grande lapso temporal entre o recebimento da ação e a designação da sessão.
- A inclusão de processos pendentes de audiência de instrução, no mesmo ato em que deferirem a produção da prova técnica, independentemente de sua finalização, evita que haja processos sem data de audiência.
- A inclusão de processos pendentes de audiência deve ser planejada de forma a, minimamente, preservar os prazos de audiência identificados.



3.1.6. Agenda do Magistrado

Fonte: Agenda institucional dos Magistrados (consulta em 30/7/2024)

	Clique aqui para a agenda da Juíza Titular Clique aqui para a agenda do Juiz Substituto em auxílio compartilhado
---	--

	A Juíza Titular informou trabalho presencial em 2 dias da semana durante o ano de 2024 e o Juiz Substituto em auxílio compartilhado informou trabalho presencial em 3 dias da semana.
---	--

	As informações referentes à escala de comparecimento à unidade jurisdicional a que estão vinculados deverão ser prestadas mensalmente, até o dia 20 de cada mês, relativamente ao mês subsequente, conforme dispõe o normativo regional.
---	---

3.1.7. Outras Observações

Fonte: Processos consultados por amostragem no sistema PJe

	Indicação na ata da forma de participação		Agenda com vagas disponíveis no SISDOV
	Na ata de audiência do processo 0010956-91.2023.5.15.0110 constou a forma de participação das partes e magistrado.		Existe agenda com disponibilidade para agendamento pelo Juízo Deprecante no município de José Bonifácio

	Concessão de prazo para juntada de contestação sem realização de audiência
	Não foram localizados processos em que o Juízo tenha estipulado, após 29/11/2022, prazo para juntada de contestação sem realização de audiência.





Após a publicação do normativo, passaram a utilizar o *link* único permanente na plataforma Zoom para realização de audiências virtuais. Configuraram a sala de espera de acordo com o manual disponibilizado no anexo do normativo, incluindo o vídeo institucional com orientações para partes e advogados que ali ingressarem. O secretário de audiências registra adequadamente o andamento de cada sessão no sistema AUD4 a fim de que o *status* informado no aplicativo JTe demonstre a situação da audiência em tempo real.



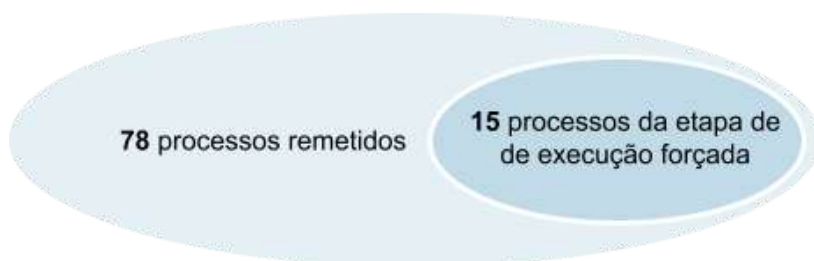
Consulta por amostragem na pauta do dia d/m/aaaa, nos processos 0010316-54.2024.5.15.0110 e 0010469-87.2024.5.15.0110, cujas audiências foram designadas respectivamente em 8/4/2024 e 2/5/2024, corroboram a informação do uso do *link* único.

VALE LEMBRAR

- A padronização dos procedimentos nas audiências telepresenciais visa garantir a segurança e eficiência dos atos processuais realizados de forma digital ou eletrônica, bem como assegurar a qualidade do atendimento e serviços prestados ao jurisdicionado e à sociedade.
- Conceitos da norma:
 - I – videoconferência: comunicação a distância realizada em ambientes de unidades judiciárias; e
 - II – telepresenciais: as audiências e sessões realizadas a partir de ambiente físico externo às unidades judiciárias.E, a participação por videoconferência, via rede mundial de computadores, ocorrerá:
 - I – em unidade judiciária diversa da sede do juízo que preside a audiência ou sessão, na forma da Resolução CNJ no 341/2020.

3.1.8. Audiências no CEJUSC-JT (Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas)

Fonte: sistema e-SInCor, itens 90430, 90434 e 90438 do e-Gestão - CEJUSC-JT de São José do Rio Preto



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos remetidos ao CEJUSC.





O infográfico mostra o encaminhamento de processos para o CEJUSC para as pautas de mediação ou de iniciais.

Além das pautas ordinárias, o CEJUSC é mobilizado para as semanas temáticas promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Tribunal Superior do Trabalho (TST).



Constata-se que não foi enviada grande quantidade de processos ao CEJUSC para tentativa de conciliação. Recomenda-se a utilização mais efetiva do Centro ante a criticidade dos índices da fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.



Na fase de Conhecimento, são remetidos ao Cejusc processos em que já ocorreu a perícia e aguardam audiência de instrução. Na etapa de Liquidação, são remetidos processos em que não há discrepância dos cálculos apresentados pelas partes.

VALE LEMBRAR

- A inclusão de processos com potencial conciliatório em pautas de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade ou no CEJUSC podem contribuir para o êxito na composição e, consequentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos (já liquidados e não pagos voluntariamente após a citação) para pautas ordinárias de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.

3.2. PRODUTIVIDADE

3.2.1. Acordos no Conhecimento

Fonte: e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos

41% → 48%
Taxa de Conciliação Líquida

Proporção entre acordos homologados e processos solucionados, excluídas as desistências e arquivamentos.



O aumento proporcional da quantidade de acordos homologados em relação ao total de soluções resultou na elevação da Taxa de Conciliação Líquida em relação ao período correicional anterior.



Quantidade de Acordos na fase de conhecimento

Fonte: Sistema e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos

Período Correicional	8/2022 a 6/2023	08/2023 a 05/2024
Acordos Realizados	388	408
Média Mensal de Conciliação	35,27	40,8



Elevação significativa na média mensal de acordos homologados na fase de conhecimento em relação ao período anterior

VALE LEMBRAR

- Processo com homologação de acordo na fase de conhecimento, com solução para todas as partes, ou após sentença, antes do trânsito em julgado, será encaminhado à etapa de liquidação.
 - seguir-se-á a movimentação no sistema PJe para “controle de acordos”, automatizada para o movimento “15238 - Suspenso o processo por homologação de acordo ou transação”.
 - não haverá decisão homologatória de acordo ou de cálculos para fins estatísticos, porquanto já ocorreu na fase de conhecimento.
 - satisfeito o acordo, ocorrerá a extinção da fase de cumprimento de sentença.
- Na hipótese de acordo parcial quanto às partes - sem exclusão de partes remanescentes, em que reste discussão de subsidiariedade/solidariedade (caso de descumprimento do acordo), registrar-se-á:
 - movimento 50094 - Julgado antecipadamente parte do mérito (“classe processual”) de “nome da parte” com “resultado do julgamento”, e o valor para o complemento “resultado do julgamento” 7707 - homologação da transação, com suspensão do processo:
 - movimento “11013 - Suspenso o processo por convenção das partes”.



3.2.2. Acordos em Execução

Quantidade de Acordos na fase de Cumprimento de Sentença - Etapa da Execução Forçada

Fonte: Sistema e-SInCor, item 90.378 do e-Gestão

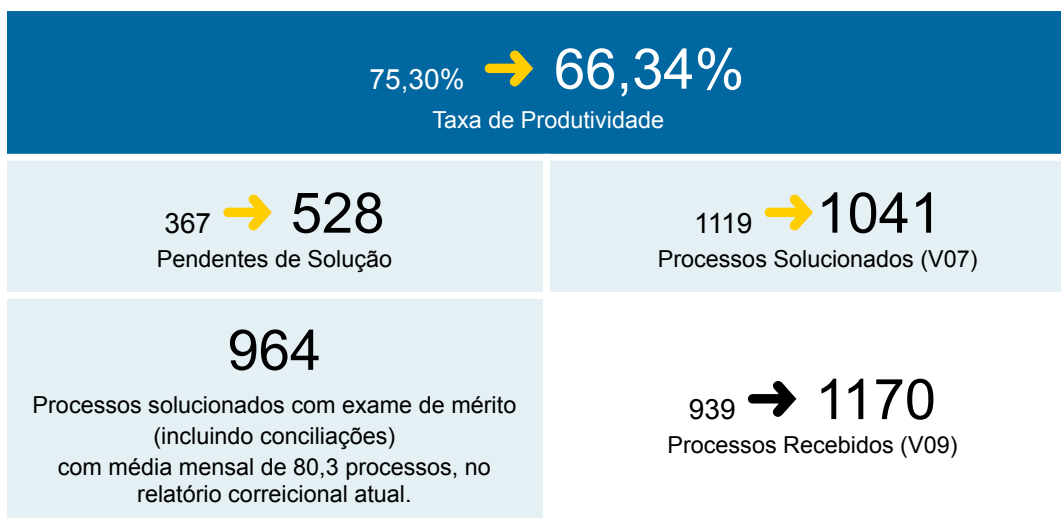
Período Correicional	8/2022 a 6/2023	08/2023 a 05/2024
Acordos Realizados	51	31
Média Mensal de Conciliação	4,63	3,1



Constata-se redução na média mensal de acordos homologados na fase de execução - etapa de execução forçada em relação ao período anterior.

3.2.3. Processos Solucionados

Fonte: relatório correicional, itens 10.1 e 13 e IGEST - TST.



A variação não favorável da taxa de solução resultou do menor número de processos solucionados, frente aos processos recebidos no mesmo período.



A variação não favorável da taxa de produtividade foi resultado da redução de processos solucionados, que causou a elevação de pendentes de solução.



Elevação de 939 para 1170 processos recebidos.



VALE LEMBRAR

- A boa gestão para a solução de processos, frente à elevação da demanda deve contribuir para reduzir os processos Pendentes de Solução (aguardam julgamento) o que contribuiu para a Taxa de Produtividade.

3.2.4. Sentenças Líquidas Proferidas

Fonte: e-SInCor, relatório painel e-Gestão - item 90.055



Foram proferidas 9 sentenças líquidas no último período correicional.



São proferidas sentenças líquidas em processos com revelia, verbas rescisórias e verbas de baixa complexidade.

VALE LEMBRAR

- O incremento de solução de processos por sentença líquida, contribui para abreviar o trâmite processual, porque a execução forçada, se o caso, iniciar-se-á diretamente, sem passar pela etapa de liquidação.

3.2.5 Incidentes Processuais Pendentes

Fonte: Relatório correicional, item 7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

	Novos	Resolvidos	Pendentes
Incidentes na liquidação / execução	90	93	13

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de incidentes processuais pendentes.



Na tabela acima, a produtividade dos magistrados na solução de incidentes processuais, bem como a quantidade de pendentes de solução.



VALE LEMBRAR

- A resolução dos incidentes processuais, observando a sua antiguidade, contribui para a celeridade no trâmite processual na fase de cumprimento de sentença.
- Conforme o caso, o saneamento das pendências nos registros estatísticos dos incidentes deve ser frequente, a fim de computar a efetiva produtividade dos magistrados.



4. FASE DE CONHECIMENTO

4.1. Acervo, Idade Média e Prazo Médio

4.1.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório Correicional, itens 4.1, 5.1, 6.1 e 14 e relatório e-SInCor, variável 90.393 (processos conclusos com prazo vencido)

1299 → 1386 Pendentes de Finalização na fase de conhecimento	
139 → 285 Processos Aguardando a 1ª Audiência	178 → 221 Processos Aguardando Encerramento da Instrução
32 → 46 Idade Média da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	119 → 98 Idade Média da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
52 → 65 Prazo Médio da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	214 → 127 Prazo Médio da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
0 → 0 Pendentes de Julgamento Conclusos Com Prazo Vencido (90.393)	



O quadro demonstra o resultado da gestão de processos nas etapas da fase de conhecimento, desde o ajuizamento da ação até a prolação da sentença.



Elevação na idade média, prazo médio e na quantidade de processos aguardando a 1ª audiência, bem como pendentes de finalização na fase de Conhecimento.



Redução da idade média da distribuição da ação ao encerramento da instrução, evidenciando a priorização dos processos mais antigos.



Vara do Trabalho de José Bonifácio

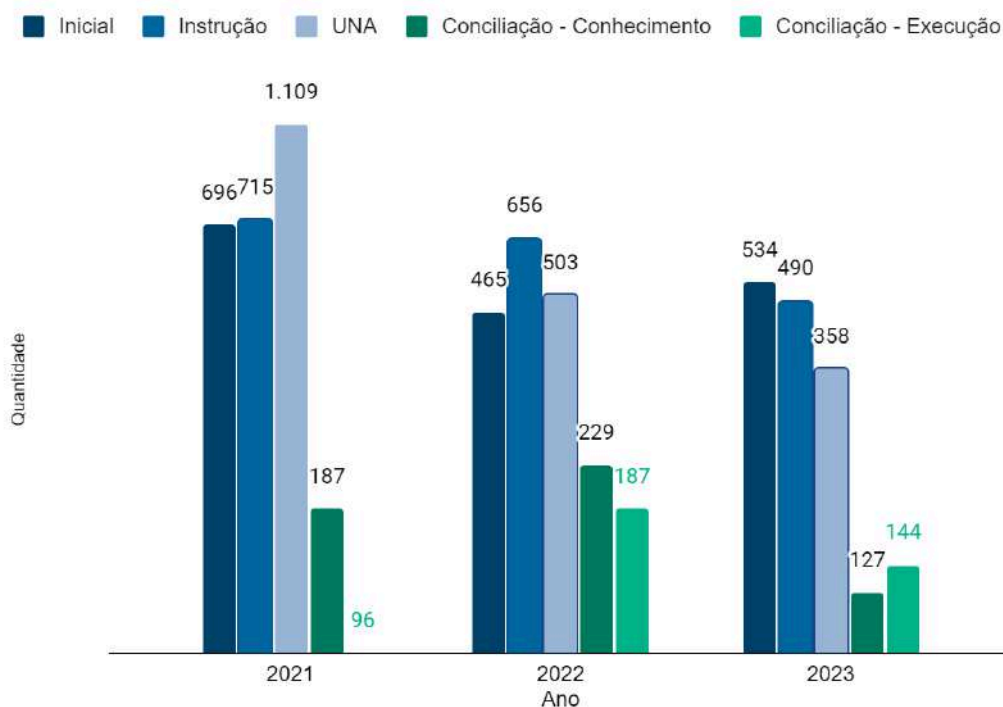
✓	Redução do prazo médio com a redução do intervalo de tempo entre o ajuizamento da ação e o encerramento da instrução.
⚠	Elevação dos processos que aguardam o encerramento da instrução.
✓	O prazo legal para prolação de sentença está sendo observado.

VALE LEMBRAR

- A boa gestão das etapas da fase de conhecimento engloba, ao fim, a solução de processos, que necessita planejamento para minimizar os processos pendentes de julgamento, sobretudo, os julgamentos conclusos com o prazo vencido.

4.1.2. Audiências por Tipo

Fonte: SAOPJe



#ParaTodosVerem: gráfico em barras com as quantidades de audiências por tipo.





Por meio do gráfico é possível visualizar como a Unidade gerenciou a realização de audiências por tipo, segundo os acervos de processos aguardando a primeira audiência e aguardando o encerramento da instrução.

4.1.3. Prazo Médio no Conhecimento

Fonte: IGEST - TST.

**Prazo Médio
na Fase de Conhecimento
(em dias) (V04)**

225,9 → 142,29



Significativa diminuição do prazo médio na fase de conhecimento, resultante da redução do intervalo de tempo (em dias corridos) entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença.

VALE LEMBRAR

- A redução da antiguidade dos processos de acervo, ainda que reflita, à primeira vista, a elevação do prazo médio, possibilita a paulatina redução desse prazo e da idade média dos processos ao longo da gestão.

4.2. Congestionamento no Conhecimento

Fonte: IGEST - TST.

24,28% → 29,82%
Taxa de Congestionamento

441 → 598
Pendentes de Baixa (V02)

1375 → 1219
Processos Baixados (V12)

939 → 1170
Processos Recebidos (V09)



A taxa de congestionamento representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de conhecimento, em relação ao que foi recebido e realizado de tramitações de remessa para processamento de recurso, início da fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação ou da etapa de execução forçada ou arquivamento definitivo.





Elevação dos processos pendentes de baixa frente à redução de processos baixados, resultando no aumento do congestionamento na fase em relação ao período anterior.

VALE LEMBRAR

- A remessa de processos para a fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação contribui para a redução da taxa de congestionamento na fase de conhecimento.
- A evolução dos indicadores do conhecimento ocorre com a baixa dos processos com o registro adequado dos movimentos processuais, quais sejam: remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; remetidos para as instâncias superiores; arquivados definitivamente; em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução.

4.3. Análise de Processos (Autoinspeção e Cumprimento de Normativos)

→ Processos localizados por amostragem.



Constata-se a manifestação explícita de preenchimento dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade dos recursos ordinário e agravo de petição dos processos 0010725-64.2023.5.15.0110 e 0010353-86.2021.5.15.0110.



A otimização de procedimentos no controle de perícias foi observada, visto que presente a delimitação de prazos subsequentes para partes e perito no processo 0010973-30.2023.5.15.0110.



A comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, entre partes e perito não ocorreu exclusivamente dentro dos autos, no processo 0010973-30.2023.5.15.0110, haja vista que constou que ela se dará por meio dos endereços eletrônicos informados pelos patronos.





A otimização de procedimentos no controle de perícias passou a vigorar a partir de março de 2024. Desde então, os prazos delimitados e as tarefas das partes envolvidas passaram a constar em ata. Assim, a comunicação entre as partes e peritos têm sido realizadas exclusivamente dentro do PJe. No caso específico do processo 0010973-30.2023.5.15.0110, a audiência foi realizada em data anterior às mencionadas alterações.

VALE LEMBRAR:

➤ O acesso do Juízo à agenda do perito para fixar a data da perícia no próprio ato de sua designação contribui para a otimização da colheita da prova técnica. Na hipótese de falta do acesso à agenda, a comunicação da data da perícia pelo perito dar-se-á exclusivamente no próprio processo no sistema PJe.

➤ No curso da colheita da prova técnica, todas as comunicações necessárias entre as partes e o perito devem ser praticadas pela Vara do Trabalho. Assim, as partes devem peticionar nos autos, requerendo ao juízo a comunicação de quaisquer informações ou solicitações ao perito, que também deve peticionar nos autos eletrônicos para solicitar ou responder às comunicações das partes.

Destaca-se, ainda, que todos os documentos pertinentes à prova devem ser anexados diretamente no sistema PJe, não devendo haver comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, fora dos autos.



5. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

5.1. Acervo e Prazo Médio na Etapa de Liquidação

Fonte: relatório correicional, item 4.2 e e-Gestão

386 → 341
Pendentes de finalização

127,3 → 92,65
Prazo Médio na Liquidação (em dias) (90.417)

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de processos pendentes de finalização, e também com o prazo médio na etapa de liquidação.



O infográfico demonstra a quantidade de processos pendentes de finalização na etapa de liquidação, englobando aqueles que aguardam o cumprimento de acordo homologado, aqueles que aguardam a liquidação de sentença, bem como aqueles que, já liquidados, ainda não entraram na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada. Ademais, explicita o prazo médio de tramitação dos processos na etapa da liquidação.



A migração para a liquidação dos acordos homologados no conhecimento e a mudança da regra do cálculo do item do e-Gestão ocorrida em sua versão 3.0 podem contribuir para a elevação dos processos pendentes de finalização na etapa de liquidação.



Redução dos processos pendentes de finalização.



Notável redução do prazo médio na etapa de liquidação em comparação ao ano anterior.



Não há processos arquivados provisoriamente na liquidação.



5.2. Acervo, Idade Média e Prazo Médio na Etapa de Execução Forçada

5.2.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório correicional, itens 4.3, e 6.3, e sistema e-Gestão

2682 → 2745

Pendentes de Finalização na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada

2366 → 2693

Pendentes de extinção

785 → 472

Execuções Encerradas (90.093)

1161 → 530

Processos Baixados (90.381)

1192 → 480

Execuções iniciadas (90.329)

660 → 912

Idade Média na Execução
(em dias)

696,3 → 511,53

Prazo Médio na Execução
(em dias) (90.275 e 90.277)



Acima, o resultado da gestão de processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, considerando as execuções iniciadas, encerradas e finalizadas na fase.



Elevação da quantidade de processos pendentes de finalização e extinção.



O número de execuções iniciadas foi levemente maior que o número de execuções encerradas.



	Elevação da idade média dos processos da execução, enquanto o prazo médio desse acervo apresentou redução. A conjugação dos resultados indica que, aparentemente, o encerramento da execução não está necessariamente direcionado aos processos com maiores tempos de tramitação.
	Os quatro processos mais antigos da fase são os mesmos da correição anterior, devendo ser mantido o acompanhamento acerca da manutenção ou não da condição processual que impede sua tramitação imediata.
	Arquivamento do processo 0035400-82.2009.5.15.0110 que constava da lista de processos com maiores tempos de tramitação do relatório correicional anterior com 4.889 dias.
	Verificou-se que, aproximadamente, 66,31% dos processos na fase de execução (1890 processos) estão em situação de recuperação judicial, restando 97,61% deles sobrestados (1845 processos), o que representa 64,73% da fase.

VALE LEMBRAR

- Os processos suspensos/sobrestados por execução frustrada ou aqueles aguardando pagamento mediante certidão em processos que envolvem recuperação judicial/falência são contabilizados no acervo de processos pendentes de finalização na execução.
- A inclusão de processos da execução com potencial conciliatório em pautas ordinárias de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade podem contribuir para o êxito na composição e, consequentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos ao CEJUSC para pautas de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.
- A gestão dos processos com maiores tempos de tramitação, submetendo-os à conclusão quando aptos, contribui para a prestação jurisdicional mais célere e efetiva.



5.2.2. Arquivo Provisório na Execução

Fonte: Relatório correicional, item 4.4

267 → 0

Processos da execução no Arquivo Provisório



Não há processos no arquivo provisório.



Eliminação de processos arquivados provisoriamente, em relação ao período correicional anterior.

VALE LEMBRAR

- A utilização dos movimentos de suspensão, em vez de "arquivo provisório", para movimentação para o fluxo de "aguardando final do sobrestamento" em vez de "Arquivo provisório" beneficiam a gestão do acervo.

5.3. Congestionamento - Etapa de Execução Forçada

Fonte: Sistema e-Gestão.

65,67% → 80,94%
Taxa de Congestionamento

1192 → 480

Execuções iniciadas (90.329)

1161 → 530

Processos Baixados (90.381)

2221 → 2252

Pendentes de Baixa (90.383)



O congestionamento acima representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, que relacionado às tramitações de remessa para processamento de recurso ou arquivamento definitivo determinam a taxa de congestionamento.





Elevação (**significativa**) dos processos pendentes de baixa (90.383) possivelmente relacionada às mudanças trazidas pela versão 2.10 do e-Gestão. Anteriormente, a expedição de ofício precatório era condição suficiente para a baixa do processo, o que deixou de existir a partir da referida versão.



Elevação dos processos pendentes de baixa e redução dos processos baixados, resultando no aumento do congestionamento na fase em relação ao período anterior.

VALE LEMBRAR

➤ Contribuem para a redução da taxa de congestionamento na execução:

- ➔ remessa de recursos ao E. TRT;
- ➔ redistribuição;
- ➔ arquivamento definitivo.

5.4. Análise de Processos da Execução

Fonte: painel do sistema PJe

➔ Processos localizados por amostragem.

✓	Houve transmissão das ordens de liberação de valores do processo 0012099-96.2015.5.15.0110 por meio do sistema SIF.
✓	Observou-se os lançamentos das obrigações de pagar do processo 0010103-53.2021.5.15.0110 no sistema PJe, para alimentação do sistema Exe-PJe.
✓	Reunião de execuções trabalhistas dos processos 0010793-82.2021.5.15.0110 e 0010116-81.2023.5.15.0110 (piloto) para otimização dos procedimentos executórios.
✓	Suspensão da execução do processo 0011333-38.2018.5.15.0110, com encaminhamento para “Aguardando Final do Sobrestamento”, após a expedição das certidões de habilitação de crédito.





Não consta da certidão do oficial de justiça o registro da quantidade e natureza do deslocamento das diligências realizadas no processo 0012079-42.2014.5.15.0110.



Verifica-se que, em consulta por amostragem, o processo 0012099-96.2015.5.15.0110 foi arquivado com certidão de contas zeradas em conformidade com o normativo.

5.4.1. Execução Forçada / Bloqueio de Valores

Fonte: Painel do sistema PJe e relatórios do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD

Dados de 08/2023 a 05/2024

Processos aguardando utilização		Ordens protocolizadas	Bloqueios efetivados pendentes de desdobramento	
Quantidade	Mais antigo		Quantidade	Mais antigo
6	25/7/2024	1163	6	12/12/2023

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de processos aguardando utilização do sistema de bloqueio de valores, ordens protocolizadas e bloqueio efetivados pendentes de desdobramento.



A ferramenta eletrônica está sendo utilizada imediatamente após a determinação.

VALE LEMBRAR

- O saneamento das pendências de bloqueios efetivados deve ser frequente, com a pronta emissão de ordem de transferência dos valores ou emissão de ordem de desbloqueio, conforme o caso.



5.4.2. Mandados Expedidos e Devolvidos ao Juízo

Fonte: Painel do PJe da Unidade e da Central de Mandados Unificada de São José do Rio Preto (consulta em 30/7/2024)

Mandados expedidos pendentes de distribuição		Mandados devolvidos pendentes de apreciação	
Quantidade	Mais antigo	Quantidade	Mais antigo
0	-	9	1/7/2024

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de mandados expedidos pendentes de distribuição e devolvidos pendentes de apreciação.

✓	A Unidade tem a área de zoneamento devidamente parametrizada para a distribuição automática dos mandados.
✓	O prazo para análise dos mandados devolvidos está satisfatório.
✓	Foram utilizadas as seguintes ferramentas eletrônicas para a efetividade da execução: SISBAJUD, RENAJUD, PENHORA ONLINE, CRC/JUD INFOJUD (incluindo IRPF, DIMOB, DOI, DECRED).



O acompanhamento dos mandados devolvidos é feito pelo painel do PJe e presencialmente com os Oficiais de Justiça, que comparecem à unidade em revezamento.

VALE LEMBRAR

- A otimização da gestão dos mandados devolvidos contribuirá positivamente para o tempo médio de tramitação dos processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
- O estímulo ao cadastramento das empresas privadas e pessoas físicas para recebimento de citações e notificações por meio eletrônico, na forma prevista pelos normativos Nacional e Regional, contribui para a otimização dos procedimentos processuais.
- O uso efetivo e regular das ferramentas tecnológicas disponíveis para pesquisa patrimonial ajuda a garantir o êxito da etapa de execução forçada dos feitos e assegurar prestação jurisdicional efetiva.



5.5. Oficiais de Justiça

5.5.1. Mandados pendentes de cumprimento por Oficial de Justiça

Fonte: Paineis do sistema PJe da Central de Mandados Unificada de São José do Rio Preto (consulta em 30/7/2024)

Oficial de Justiça	Mandados pendentes de cumprimento	
	No prazo	Prazo excedido
Marlon Marcelo Murari	27	-
Renato David Toloy	11	18
TOTAL	38	18

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades dos mandados pendentes de cumprimento, no prazo e com prazo vencido, por oficial de justiça.



O quadro acima representa o volume de trabalho recebido pelos Oficiais e pendente de cumprimento.



O sistema PJe considera o prazo de 60 dias para o cumprimento das diligências pelos oficiais de Justiça, destacando em “vermelho” aquelas que ultrapassarem referido prazo. Entretanto, a apuração de eventual atraso deve ser analisada à luz da parametrização local.



O prazo para cumprimento das diligências está definido no artigo 12 da Ordem de Serviço nº 1/2024 nos seguintes termos: 30 dias para mandados de pesquisa com pequena e média complexidade e, para mandados de maior complexidade, assim entendidos aqueles com mais de 10 investigados, o prazo poderá ser prorrogado mediante justificativa. Já o artigo 14, parágrafo único, estabelece que para as notificações de audiência deverá ser observado o prazo de cinco dias, salvo urgências. Logo abaixo, nesses termos, segue apontamento no que couber.



Há diligências pendentes de cumprimento, com prazo vencido, o mais antigo distribuído em 3/4/2024, sob responsabilidade do oficial Renato David Toloy, processo 0010136-43.2021.5.15.0110.



5.5.2. Diligências realizadas no período correicional por Oficial de Justiça

Fonte: Sistema SAOPJe - relatório diligências realizadas por período

Oficial de Justiça	Quantidade de diligências realizadas
Marlon Marcelo Murari	239
Renato David Toloy	227

#ParaTodosVerem: tabela com os nomes dos oficiais de justiça e as quantidades de diligências realizadas.

5.6. Alienação de bens

Fonte: Unidade correicionada



A unidade procede com a venda por hasta pública. Num caso específico, foi realizada a venda direta por meio de corretor particular, Adílio Gregório Pereira, credenciado no Sistema EXE-PJe.

5.7. RPV / Precatórios

Fonte: Sistemas PJe e GPREC

GPREC	O sistema de Gestão Eletrônica de Precatórios - GPREC foi implementado para gerir as requisições de pequeno valor e os precatórios neste Regional.
--------------	--

✓	Não há processos aguardando expedição de Requisições de Pequeno Valor - RPV ou Precatório no sistema PJe.
✓	Não há diligências pendentes de resposta à Assessoria de Precatórios no sistema GPREC.
✓	Não foram constatadas RPV vencidas, sendo as pendências identificadas no GPREC resultado de ausência de registros de pagamentos.



5.8. Projeto Garimpo

Fonte: Auditoria da Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial
Dados atualizados até 27/6/2024



#ParaTodosVerem: organograma sobre o Projeto Garimpo com a quantidade de movimentações em contas saneadas pela Unidade.



Dados extraídos de auditoria realizada pela Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial, considerando registros de movimentações maiores ou iguais a R\$0,01 e informações de saneamento das contas.

VALE LEMBRAR

- Ao realizar arquivamento definitivo do processo, entre outras providências, é necessário verificar a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao processo e a exclusão de eventuais inscrições no BNDT.
- Devem ser registradas no sistema apenas movimentações em contas vinculadas a processos arquivados anteriormente a 14/2/2019. Ainda, nessas contas, o registro de saneamento deve ser feito na expedição da ordem de liberação de valores, e apenas em contas cujo saldo inicial era superior a R\$ 0,01.

5.9. Projeto Efetiva

Desenvolvido em parceria com a Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET) e a Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT)



Programa Escola ao Vivo – Transmissão no YouTube - dia 25 de julho de 2024 e respectivo *link*:



Apresentação (25/7/2024)

- Painel de BI da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho e sua utilização para o Projeto Efetiva.
- Estrutura de execução do TRT da 15ª Região.



6. METAS CNJ

Fonte: [Painel de Gestão de Metas do CSJT - Ano 2023](#) - Atualizado até 29/7/2024

6.1. Meta 1 [CNJ 2023] - Julgar mais processos que os distribuídos



6.2. Meta 2 [CNJ 2023] - Julgar processos mais antigos

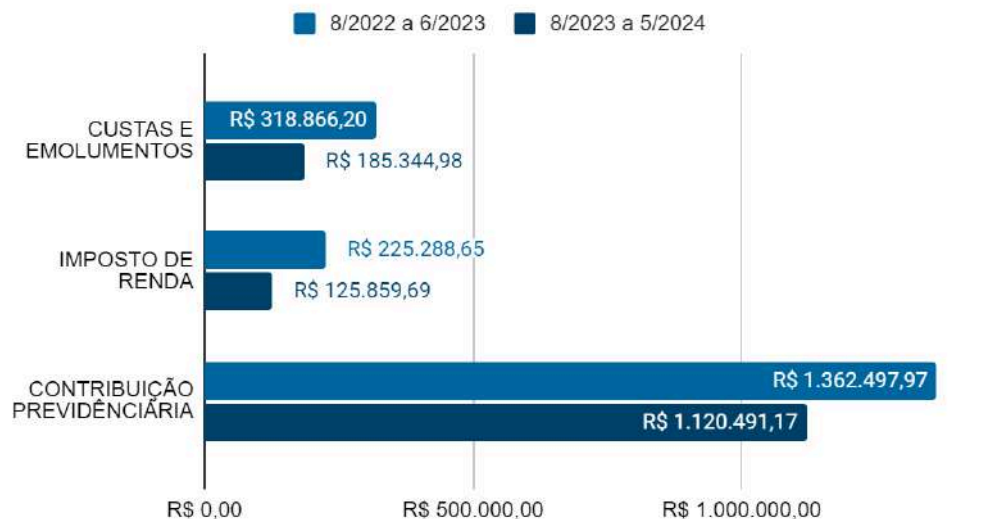


6.3. Meta 5 [CNJ 2023] - Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida



7. ARRECAÇÃO

Fonte: Relatório Correicional, item 12.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras comparando os valores, em reais, de custas e emolumentos, imposto de renda e contribuição previdenciária arrecadados no período correicional anterior e no atual.

VALE LEMBRAR

- É necessário registrar adequadamente os valores no sistema, permitindo a análise dos valores arrecadados em razão da atuação Justiça do Trabalho.



8. DELIBERAÇÕES FINAIS



Na correção ordinária conduzida em 8/8/2023, a Unidade foi autorizada a empregar o modelo simplificado para autoinspeção subsequente. Portanto, levando em conta que o uso desse modelo está restrito a dois períodos correicionais consecutivos na Unidade, resta autorizada, ainda, uma oportunidade para apresentar o modelo simplificado de relatório para a próxima autoinspeção.



Orienta-se os magistrados e os servidores das varas do trabalho quanto à utilização regular da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em 1ª Instância WIKI-VT na tramitação dos processos.

Link: (<https://fluxonacional.jt.jus.br/> - (Nome do usuário é o CPF do servidor).

Os gestores devem analisar a ata, discutir o conteúdo dela com os membros da secretaria judiciária e planejar o efetivo cumprimento, sem a necessidade de informação imediata a esta Corregedoria. Trata-se de autonomia na gestão, com foco em dados oficiais.

Para tanto, orienta-se a utilização da matriz Gravidade, Urgência e Tendência (GUT), ferramenta de gestão utilizada para priorização de tarefas e estratégias.

MATRIZ GUT = G x U x T					
G	Gravidade	U	Urgência	T	Tendência
	Impacto e intensidade do problema se não resolvido.		Prazo, tempo possível para solucionar.		Potencial de crescimento do problema, padrão de evolução no tempo na ausência de solução.

#ParaTodosVerem: tabela explicativa da matriz GUT - Gravidade, Urgência e Tendência.



Metodologia de tomada de decisão racional com fatos e evidências. Resposta para o que fazer primeiro em cenários complexos. Separar o urgente ou importante e criar um fluxo de trabalho eficiente para cumprir todas as tarefas em prazo útil.





Acesse o **Documento Complementar** ao ato presencial para obter mais informações sobre os encaminhamentos da ata de correição, atendimentos realizados, horário de encerramento e demais assuntos correlatos.

Acesso à íntegra dos materiais sobre os temas:

Acessibilidade e Inclusão



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema "Acessibilidade e Inclusão"

Combatendo a Violência contra as mulheres



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema "Combatendo a Violência contra as mulheres"





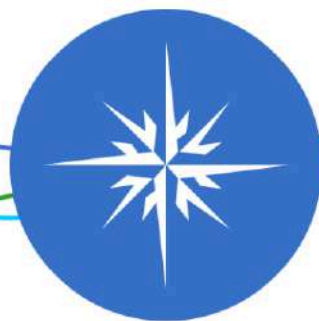


Missão

Fiscalizar e orientar a atuação
da primeira instância.

Visão de futuro

Ser conhecida no poder-dever de fiscalizar.



Valores

Comunicação, comprometimento,
ética, respeito e transparência.

Estratégia da Corregedoria Regional 2022 / 2026

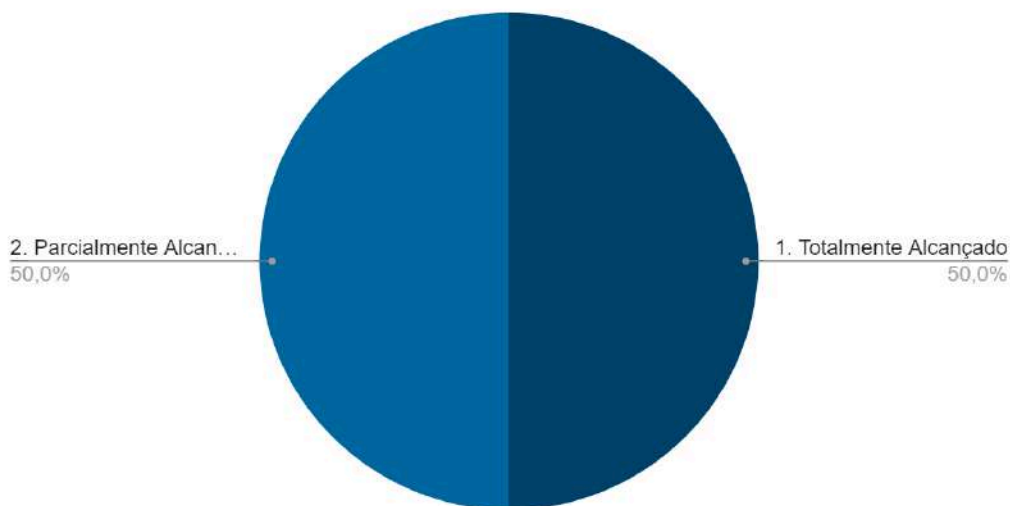


Ocorrências

	Participaram, presencialmente, a Juíza Titular Ana Paula Silva Campos Miskulin e o Juiz Substituto em auxílio compartilhado Aluisio Teodoro Falleiros.
---	--

Percepção/demandas de gestoras e gestores da unidade

Percepção - alcance dos objetivos do projeto "A Escuta da Primeira Instância":



#ParaTodosVerem: gráfico em pizza, representando índice de alcance de objetivo mediante apenas quatro respostas possíveis, por percentuais e fatias da pizza em quatro, ou menos, cores diversas.

Demandas de servidoras e servidores

Não houve.

Atendimentos

Não houve.



Providências multidisciplinares

Não há.

Encerramento

Em 15 de agosto de 2024, às 13h35min, encerraram-se os trabalhos, e nós, Adilson Sergio Bertoldo Junior e Suely Suzuki, Assessores da Corregedoria Regional, e Vlademir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional, lavramos a Ata de Correição Ordinária e o Documento Complementar ao ato, anexos, que, depois de lidos, vão assinados eletronicamente por Sua Excelência a Desembargadora RITA DE CÁSSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA, Corregedora Regional, a ser publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



RELATÓRIO CORREICIONAL

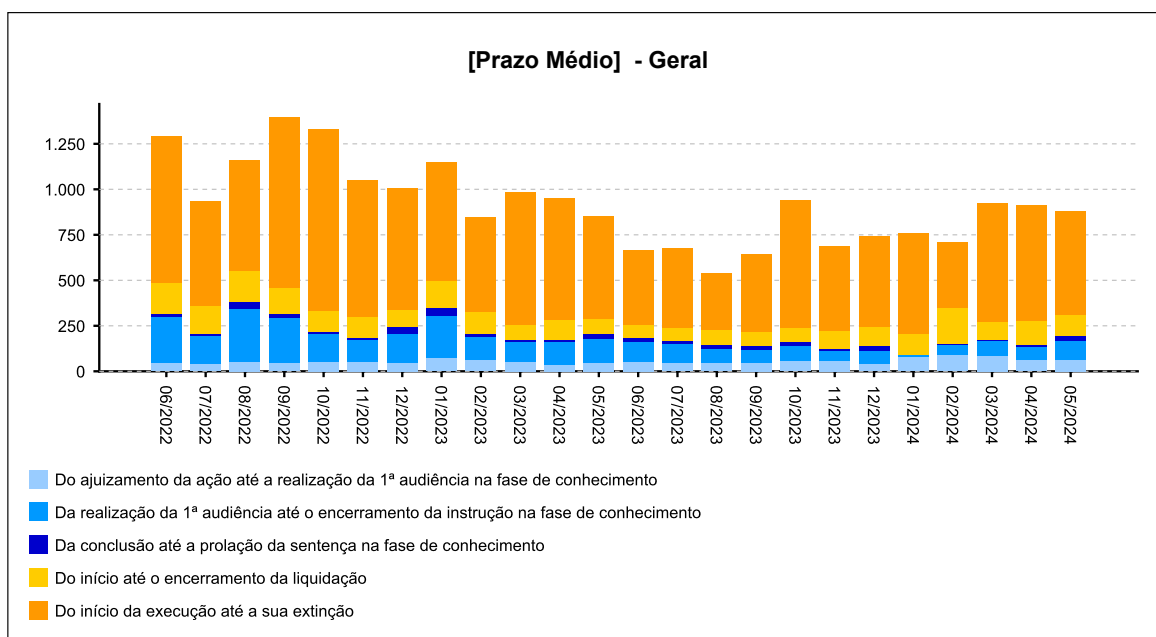
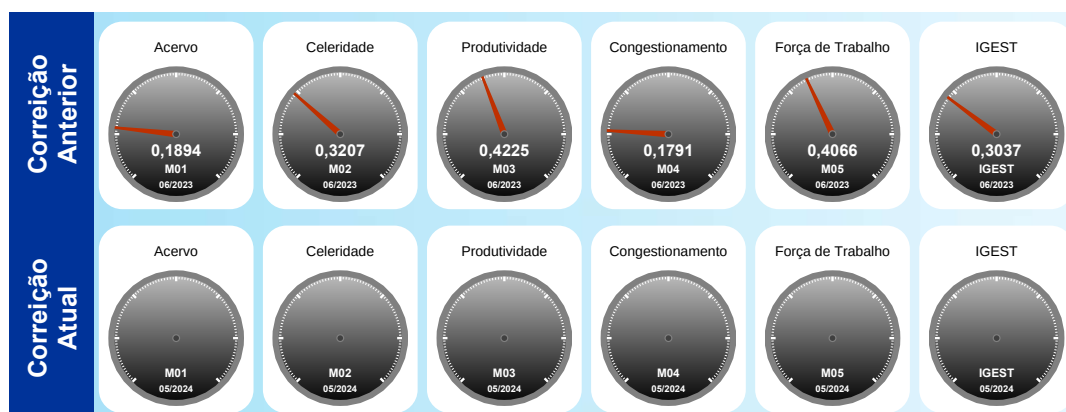
VARA DO TRABALHO DE JOSÉ BONIFÁCIO - 0110
[1001 a 1500 processos]



Utilize o leitor de QRCode de seu smartphone ou tablet e tenha acesso ao relatório no dispositivo móvel

INFORMAÇÕES DA UNIDADE:

Lei de Criação: 8.432/92
Data de Instalação: 07/04/1995
Data de Instalação do PJE: 10/05/2013
Data da Última Correição: 08/08/2023





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Índice

[1 - TITULARIDADE](#)

[2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS](#)

[3.1 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Lotação](#)

[3.2 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ausências, exceto férias](#)

[3.3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Estagiários](#)

[3.4 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ações de capacitação](#)

[4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS](#)

[5 - PRAZOS MÉDIOS](#)

[6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO](#)

[7 - INCIDENTES PROCESSUAIS](#)

[8 - RECURSOS](#)

[9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO](#)

[10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS](#)

[11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL](#)

[12 - ARRECADAÇÃO](#)

[13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO](#)

[14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA](#)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 - TITULARIDADE:

[Voltar](#)

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ANA PAULA SILVA CAMPOS MISKULIN	09/10/2015

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
15/07/2023 a 02/08/2023	FÉRIAS
23/08/2023 a 25/08/2023	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO
28/08/2023 a 28/08/2023	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO
21/11/2023 a 22/11/2023	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO
21/11/2023 a 22/11/2023	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO -
23/11/2023 a 28/11/2023	FÉRIAS
30/11/2023 a 12/12/2023	FÉRIAS
17/01/2024 a 19/01/2024	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO
22/01/2024 a 24/01/2024	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO
07/02/2024 a 09/02/2024	LICENÇA TRATAMENTO PESSOA DA FAMÍLIA - MAGISTRADO -
29/04/2024 a 30/04/2024	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO
02/05/2024 a 03/05/2024	COMPENSAÇÃO MAGISTRADO - PLANTÃO
13/07/2024 a 15/07/2024	FÉRIAS





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/08/2023 a 14/07/2024]:

[Voltar](#)

(fonte: e-Correção Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ALUISIO TEODORO FALLEIROS	07/01/2022 a 18/10/2023
ALUISIO TEODORO FALLEIROS	18/10/2023 a 15/07/2024

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
18/09/2023 a 07/10/2023	FÉRIAS
13/05/2024 a 01/06/2024	FÉRIAS





3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.1 - Lotação [31/05/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANDREA CRISTINA LUZ BASILIO D ANDREA	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	15/02/2024
DENISE BITAR ROSSETTI	REQ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	28/11/2014
EBERSON SILVA MAZIOTO	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	01/06/2023
JOAO MARCELO MATTOS SIQUEIRA	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	11/10/2011
MILENA APARECIDA ELIAS ALVES	AJJ	-	19/01/2015
NEIDE ALVES	REQ	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	23/03/1998
RENATO KAZUO SASSAKI	TJA	FC-04 CALCULISTA	09/05/2005
SILVIA MANO HACKME ARABE	AJJ	-	24/06/2019
VANESSA DE ALMEIDA CAMIM	TJA	-	06/06/2023
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			7
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			2





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.2 - Ausências, exceto férias [08/2023 a 05/2024]:
(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
AFASTAMENTO PARA CURSOS, CONGRESSOS E AFINS - SEM INTERRUÇÃO DE BENEFÍCIOS	3
FOLGA COMPENSATÓRIA - INDETERMINADO	13
LICENÇA LUTO - SERVIDOR RPPS - ATÉ 08 DIAS	8
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - REQUISITADO RPPS - INDETERMINADO	3
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - SERVIDOR RPPS - ATÉ 24 MESES	35
VIAGEM A SERVIÇO - CARÁTER EVENTUAL OU TRANSITÓRIO	3
TOTAL	65





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.3 - Estagiários [31/05/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
MARIA VITORIA GONCALVES	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	01/03/2023





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.4 - Ações de capacitação [08/2023 a 05/2024]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ALUISIO TEODORO FALLEIROS	22
ANA PAULA SILVA CAMPOS MISKULIN	55

SERVIDORES	HORAS
ANDREA CRISTINA LUZ BASILIO D ANDREA	8
DENISE BITAR ROSSETTI	12
EBERSON SILVA MAZIOTO	370
MILENA APARECIDA ELIAS ALVES	240
NEIDE ALVES	3
SILVIA MANO HACKME ARABE	25
VANESSA DE ALMEIDA CAMIM	403





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

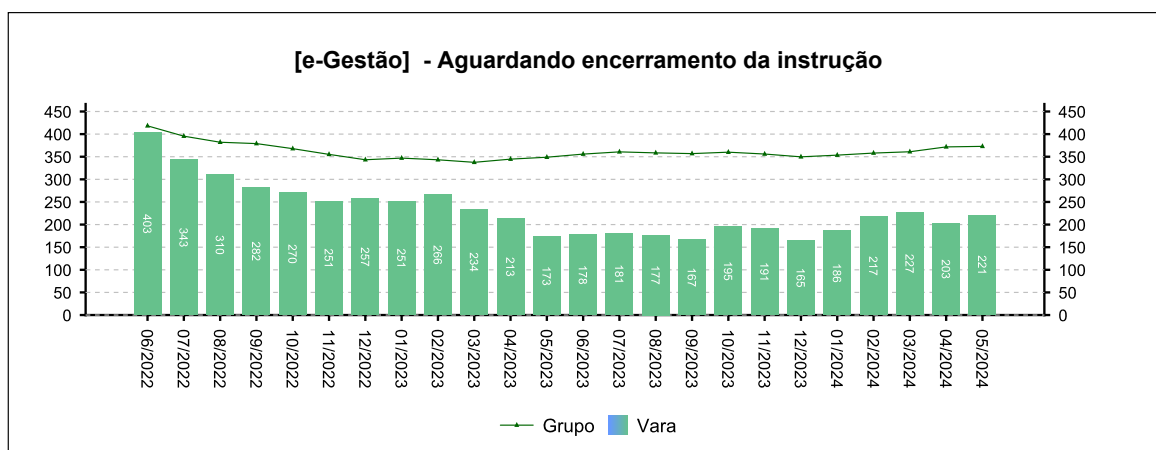
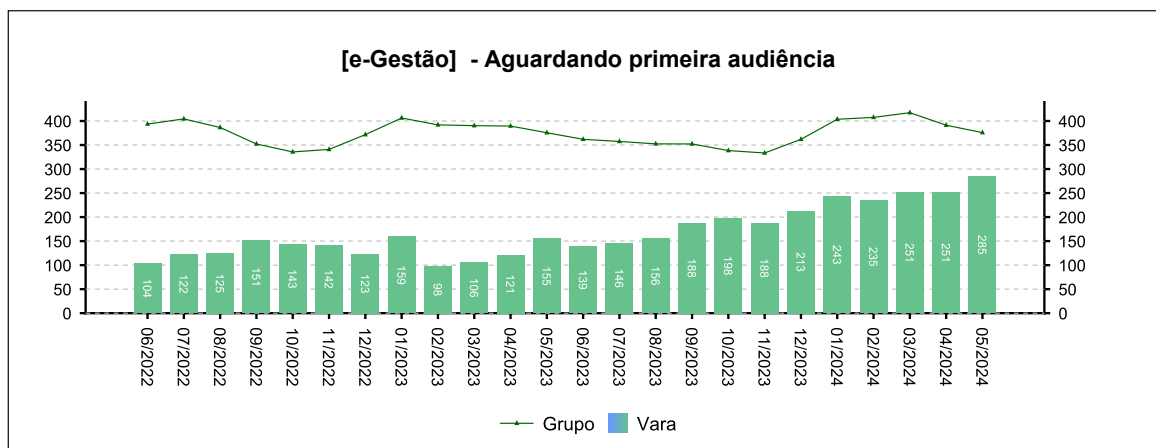
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

4.1 - Fase de Conhecimento

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Aguardando primeira audiência	285	376	---
Aguardando encerramento da instrução	221	373	---
Aguardando prolação de sentença	22	54	---
Aguardando cumprimento de acordo	19	37	---
Solucionados pendentes de finalização na fase	839	882	---
Pendentes de finalização	1.386	1.723	---

Período: 08/2023 a 05/2024

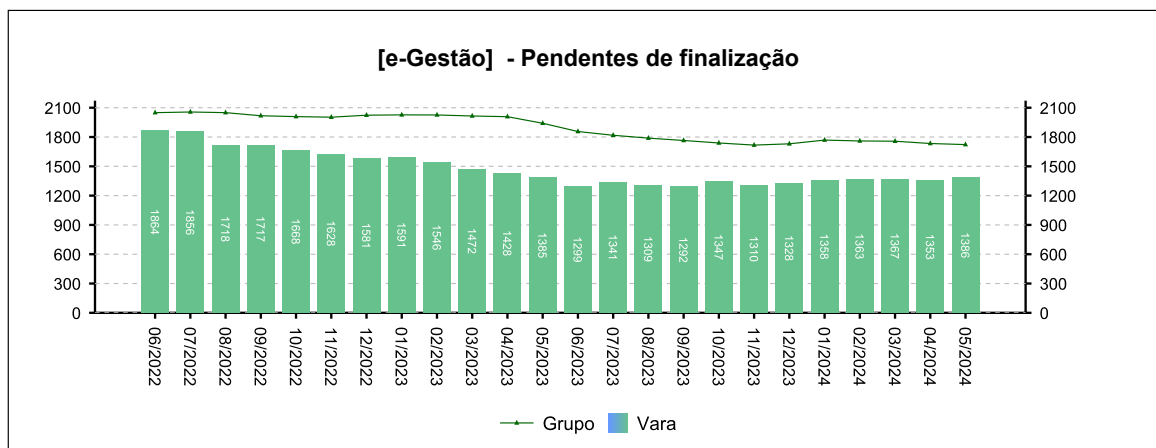
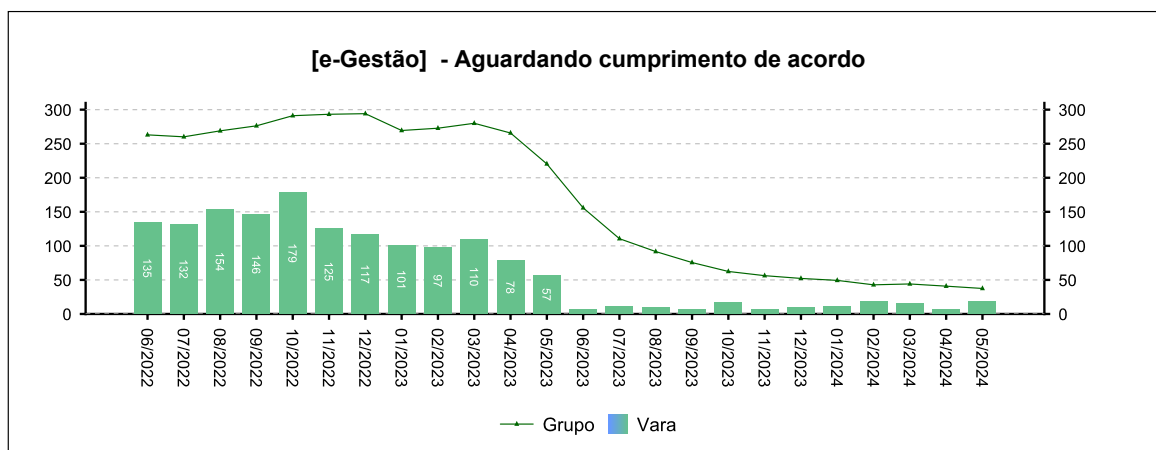
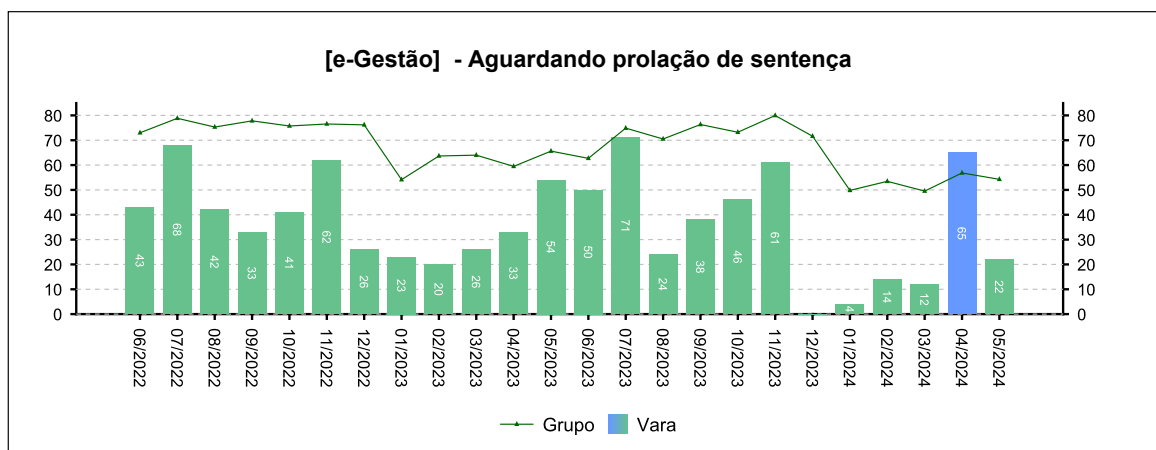




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

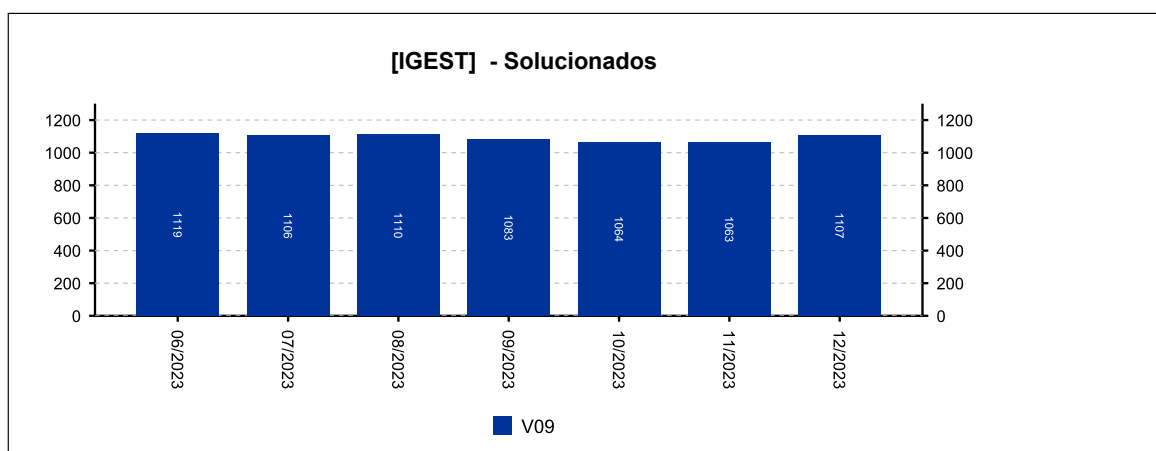
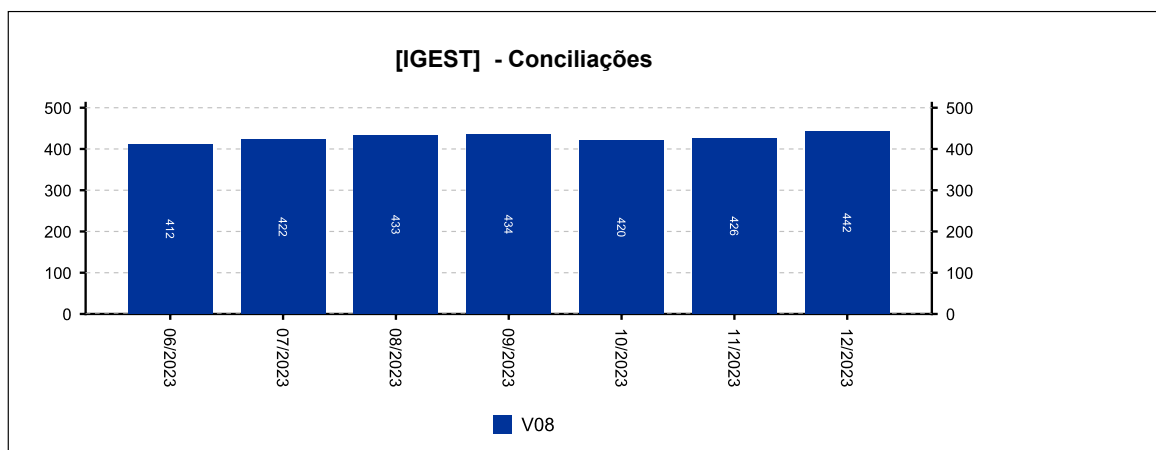
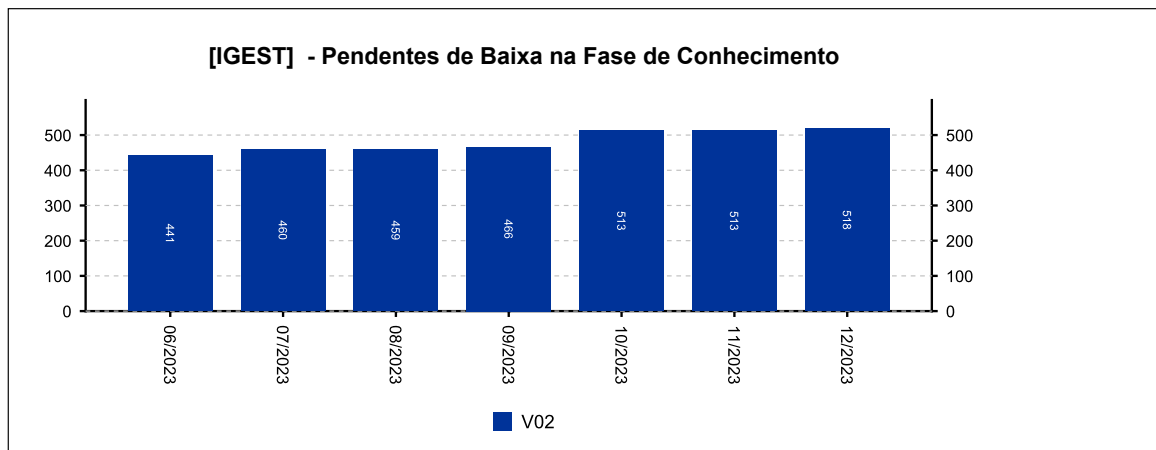




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

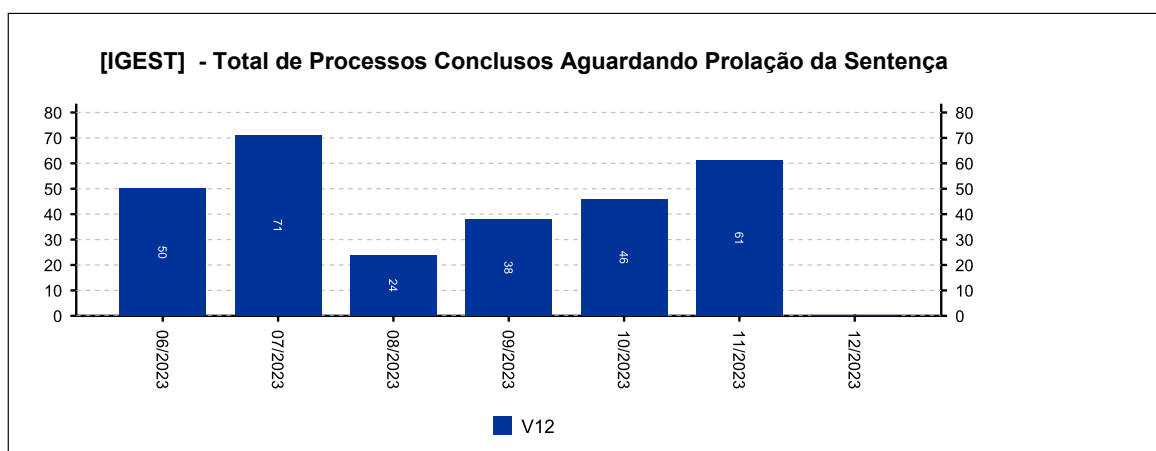
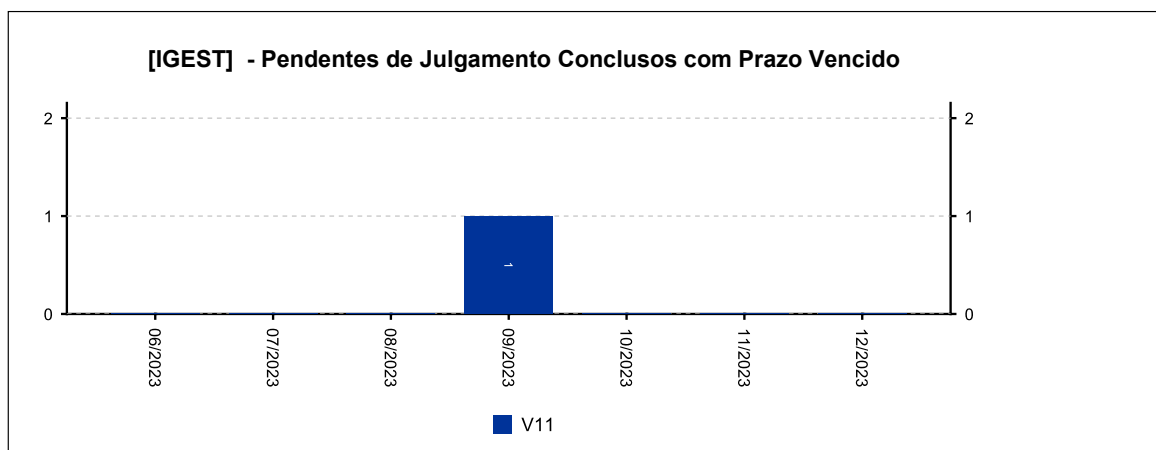
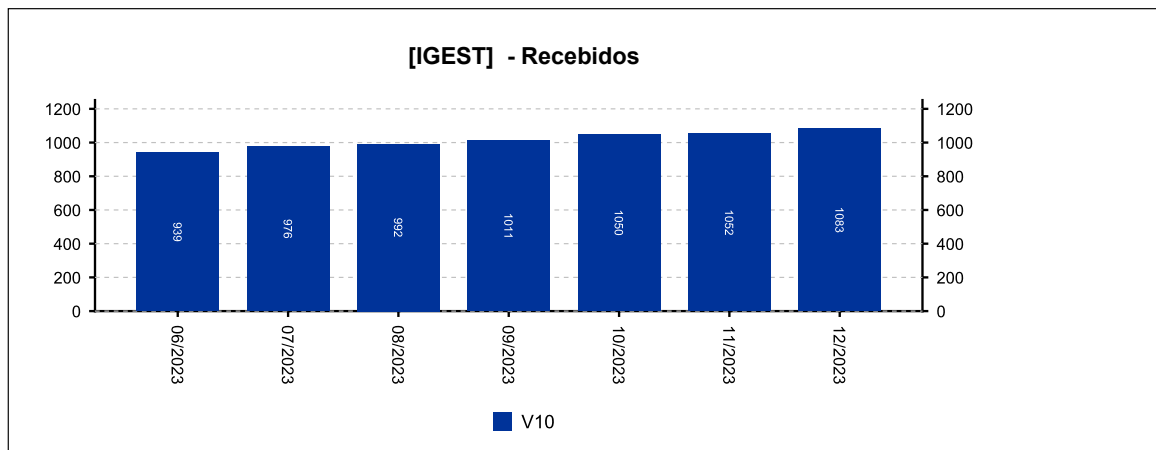




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

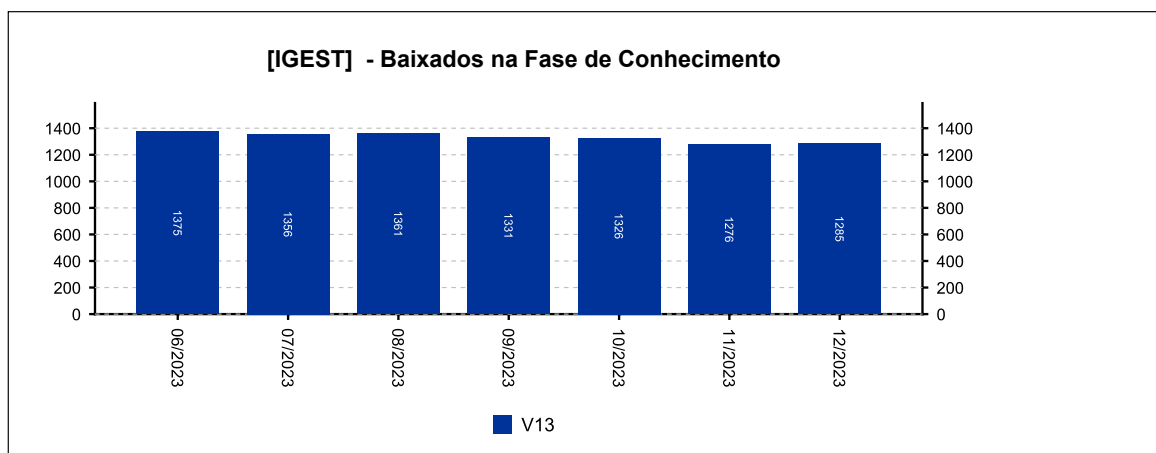




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento





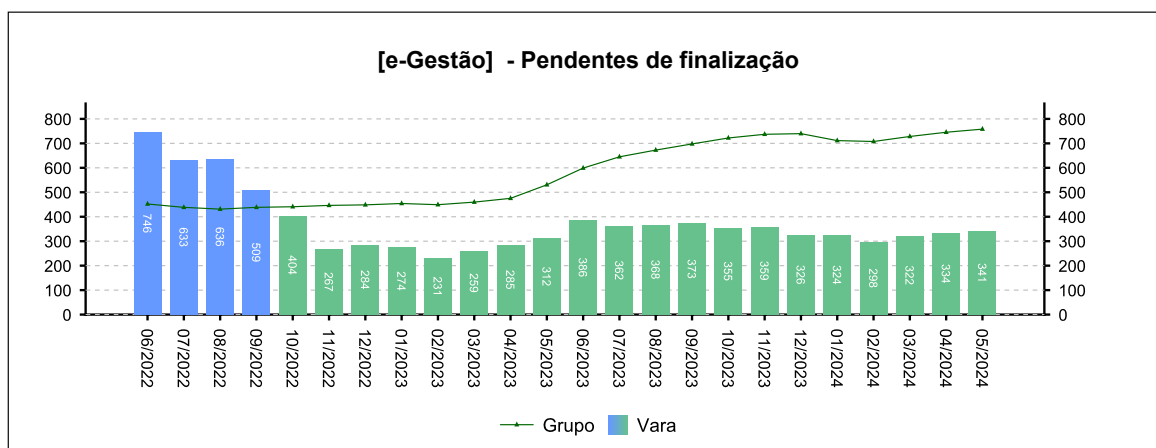
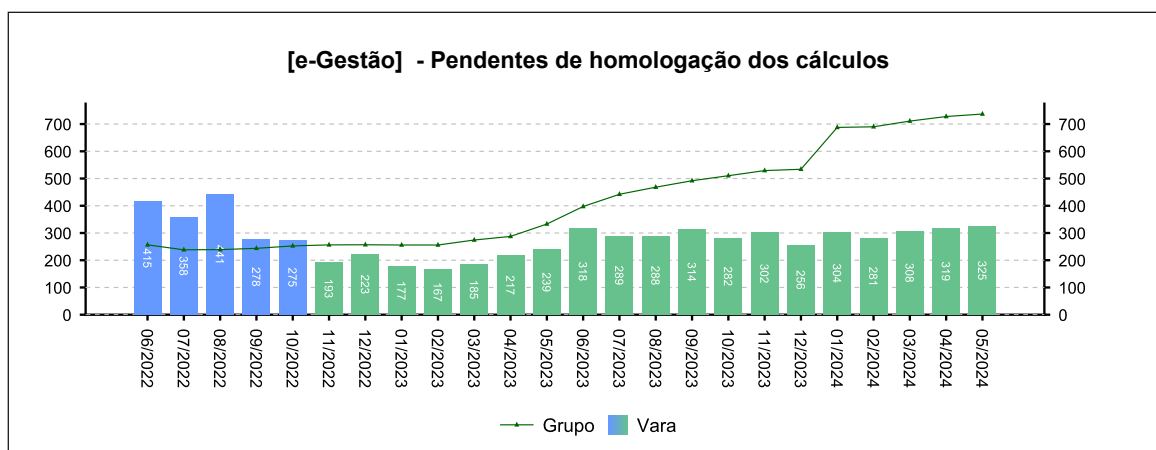
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de homologação dos cálculos	325	737	---
Liquidados pendentes de finalização na fase	16	21	---
Pendentes de finalização	341	758	---

Período: 08/2023 a 05/2024

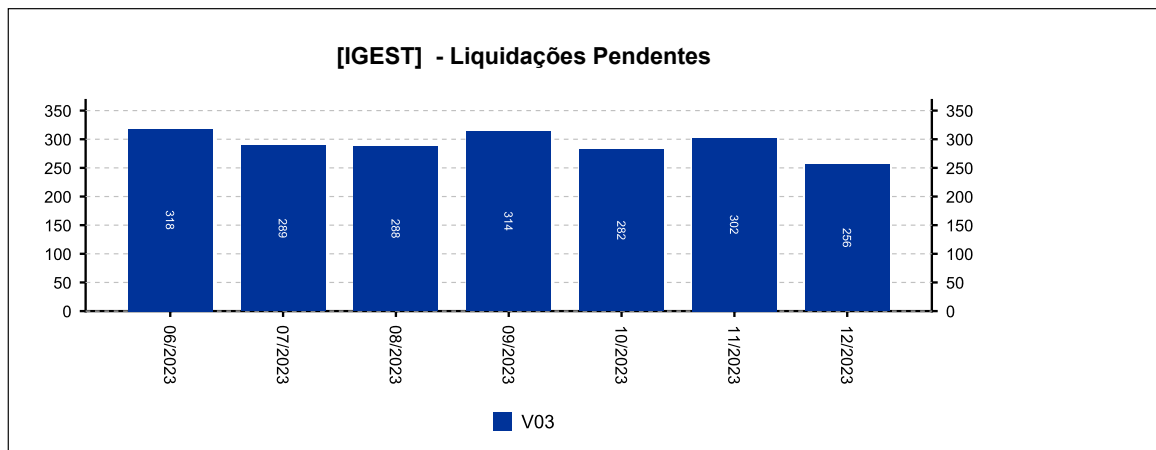




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação





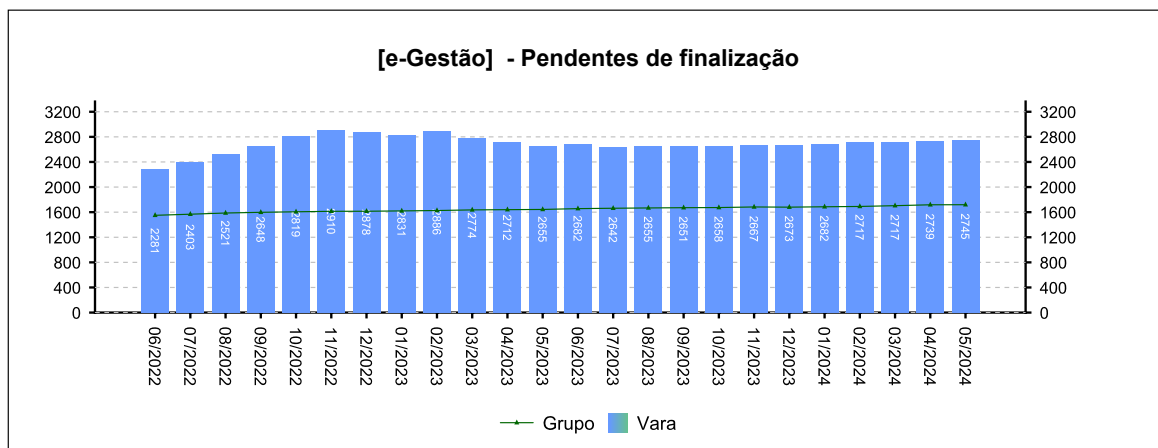
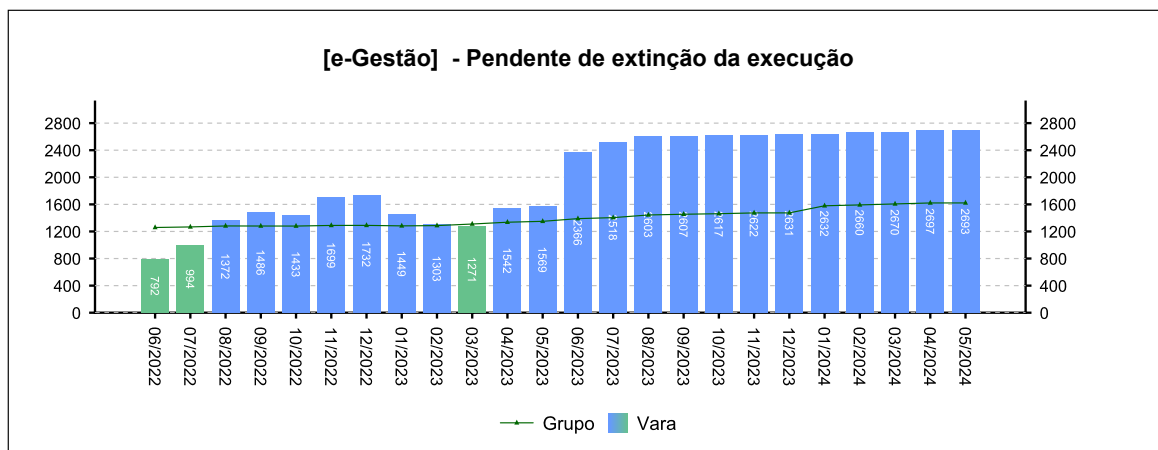
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendente de extinção da execução	2.693	1.621	---
Encerrados pendentes de finalização na fase	52	98	---
Pendentes de finalização	2.745	1.719	---

Período: 08/2023 a 05/2024

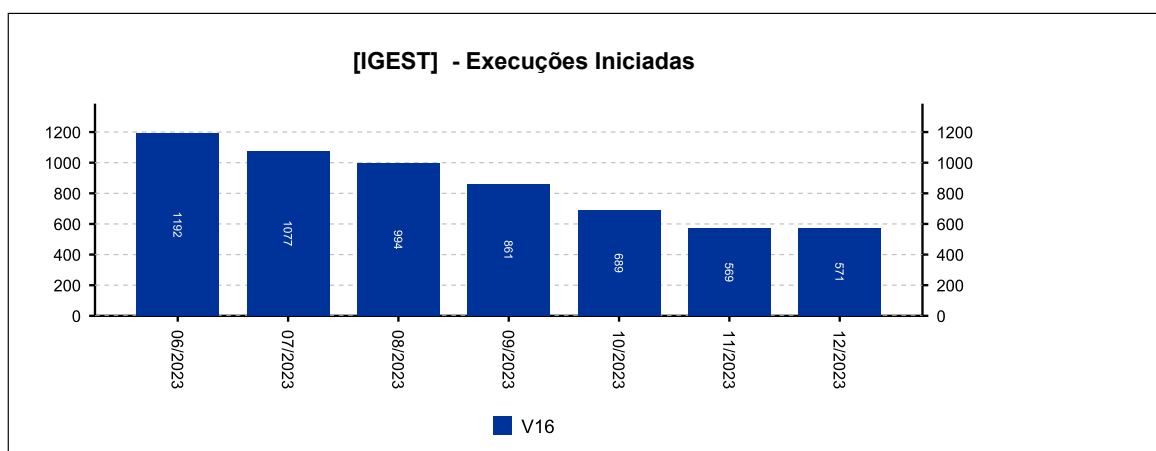
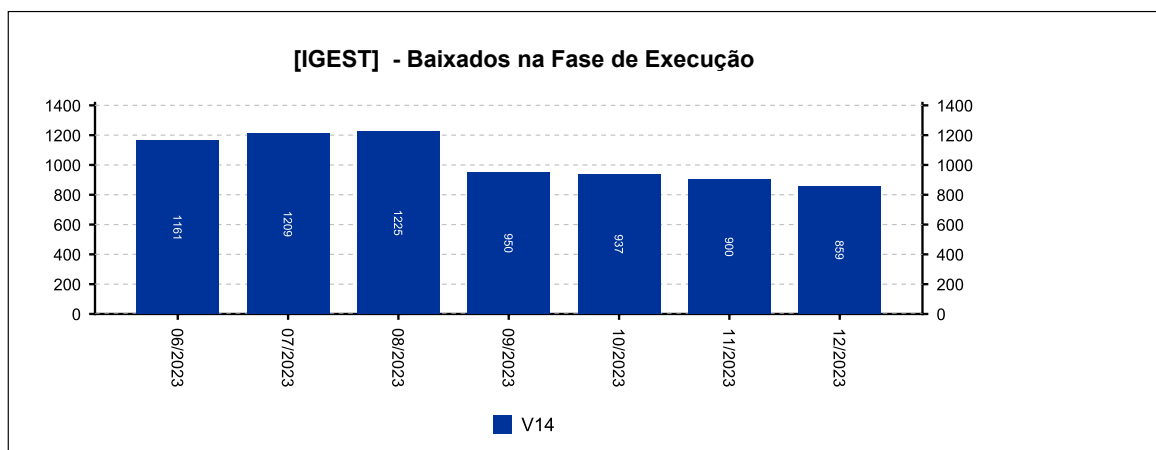
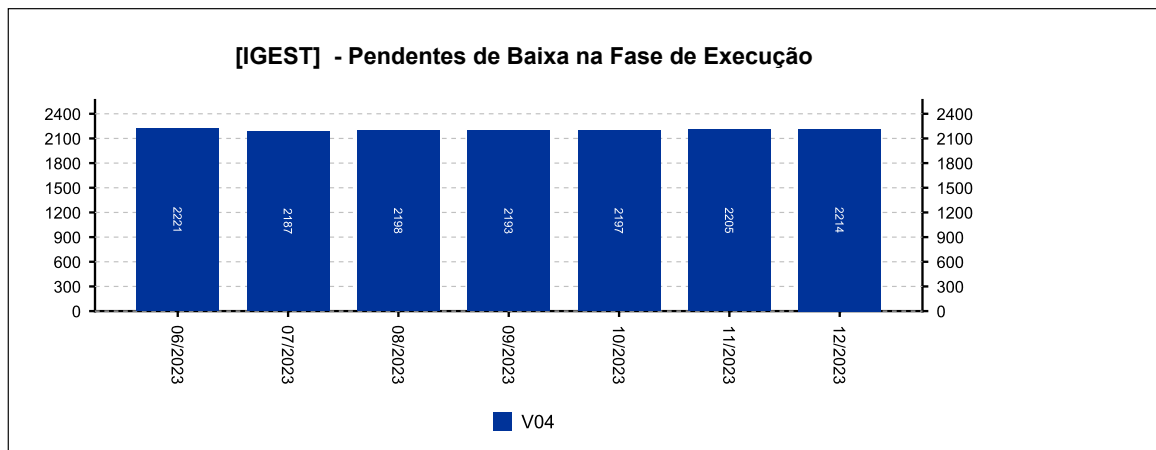




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

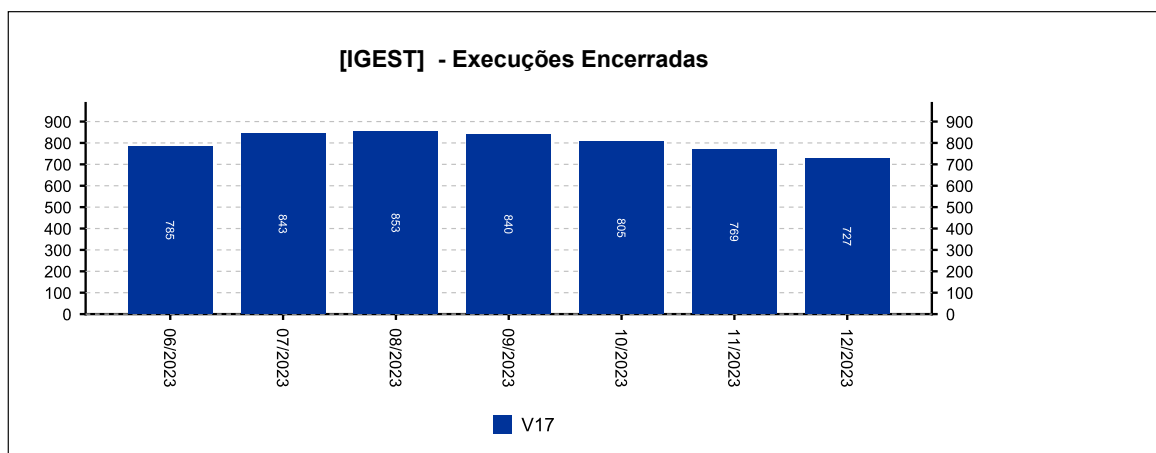




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução





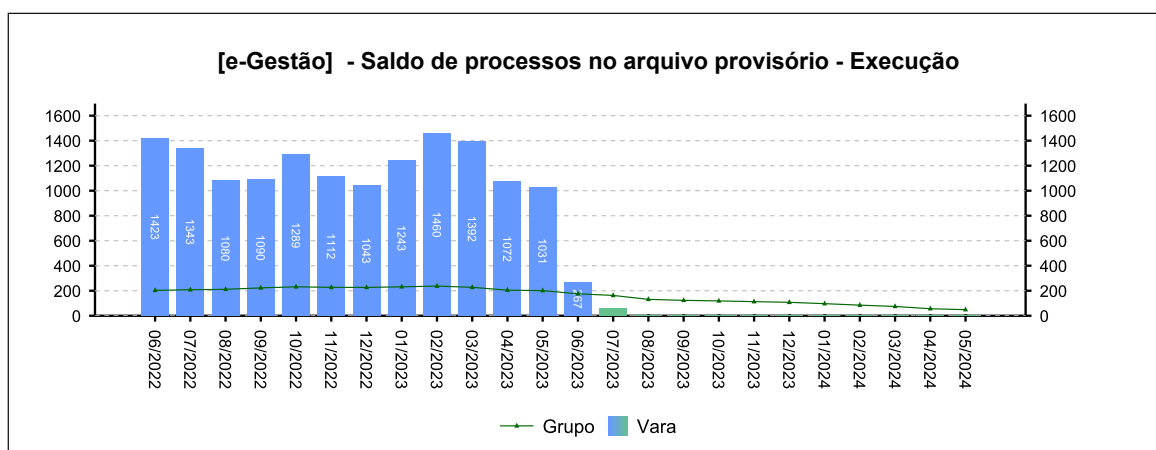
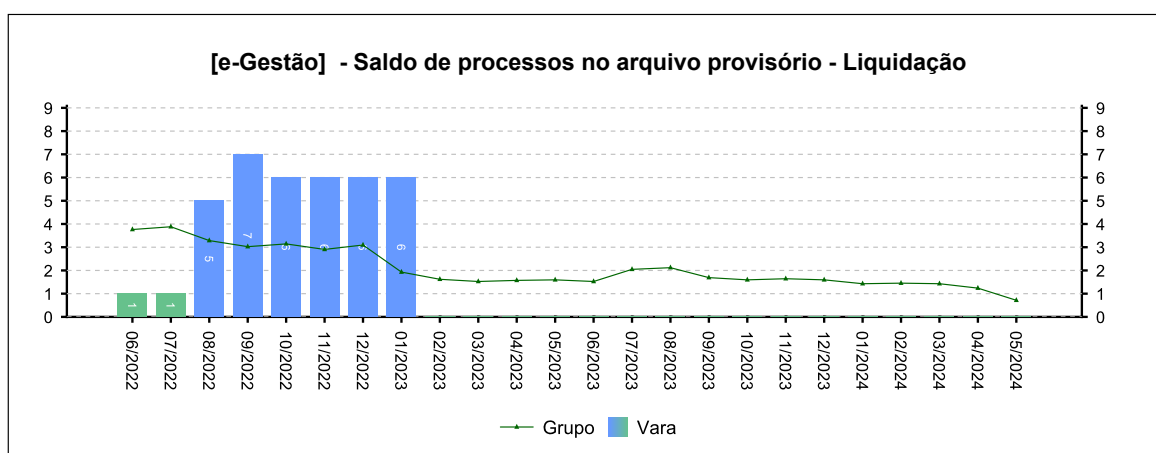
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.4 - Arquivo Provisório

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0	1	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	0	49	---

Período: 08/2023 a 05/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.5 - Total de Pendências

	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de finalização - Conhecimento	1.386	1.723	---
Pendentes de finalização - Liquidação	341	758	---
Pendentes de finalização - Execução	2.745	1.719	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0	1	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	0	49	---
TOTAL:	4.472	4.249	---

Período: 08/2023 a 05/2024





5 - PRAZOS MÉDIOS

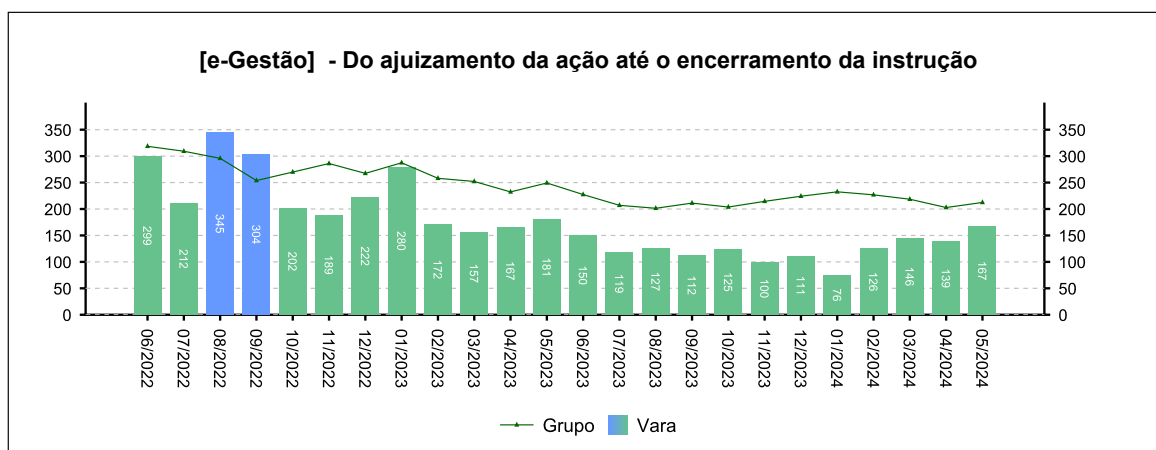
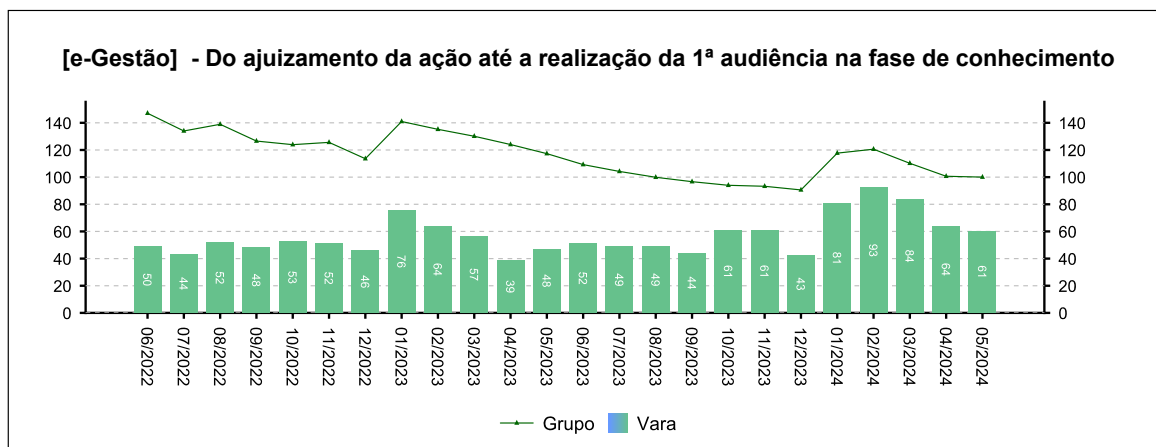
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

5.1 - Fase de Conhecimento

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento	831	65	102	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução	882	127	213	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença	901	134	229	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento	577	18	25	---

Período: 08/2023 a 05/2024

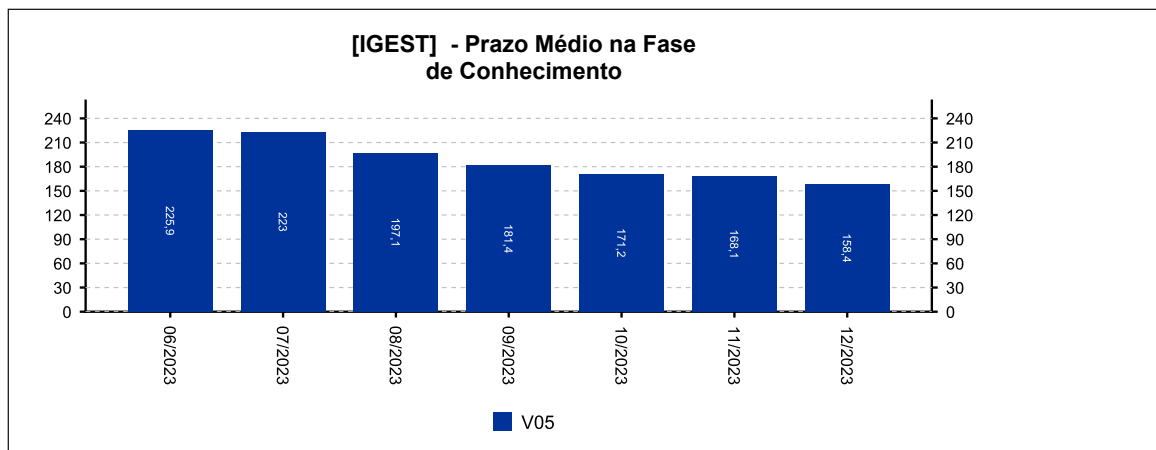
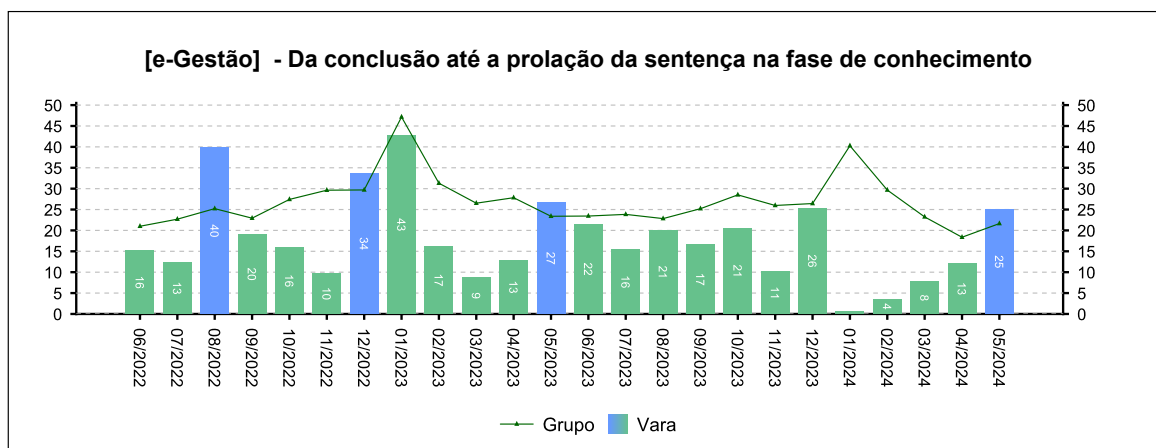
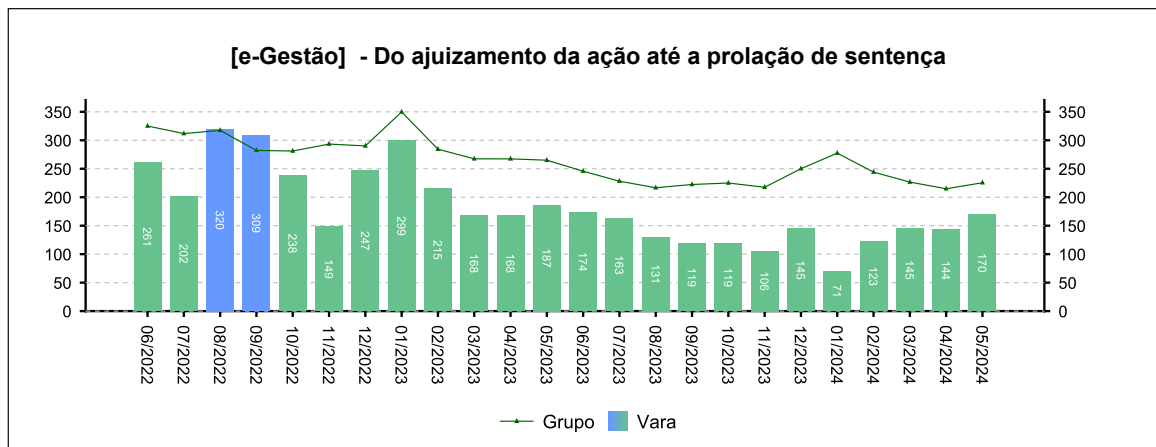




5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.1 - Fase de Conhecimento



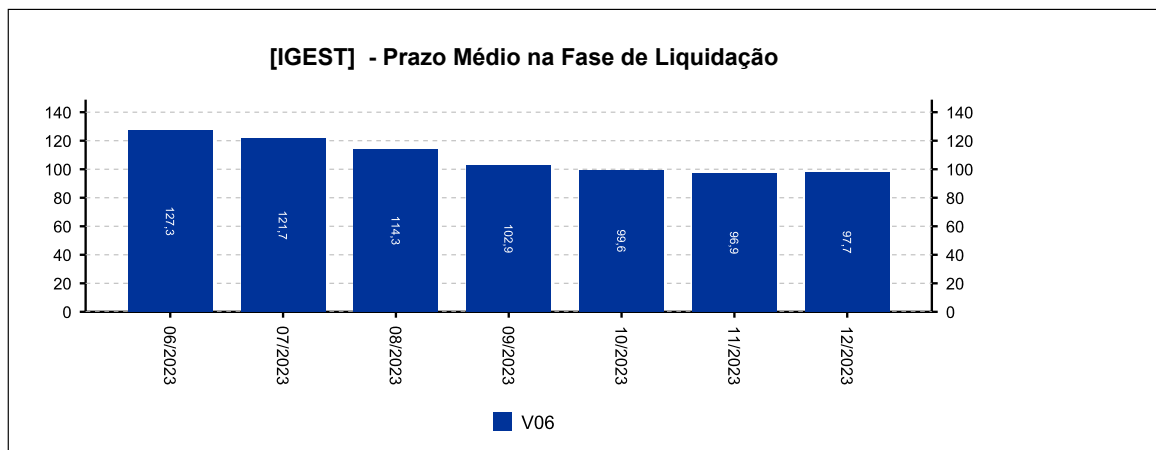
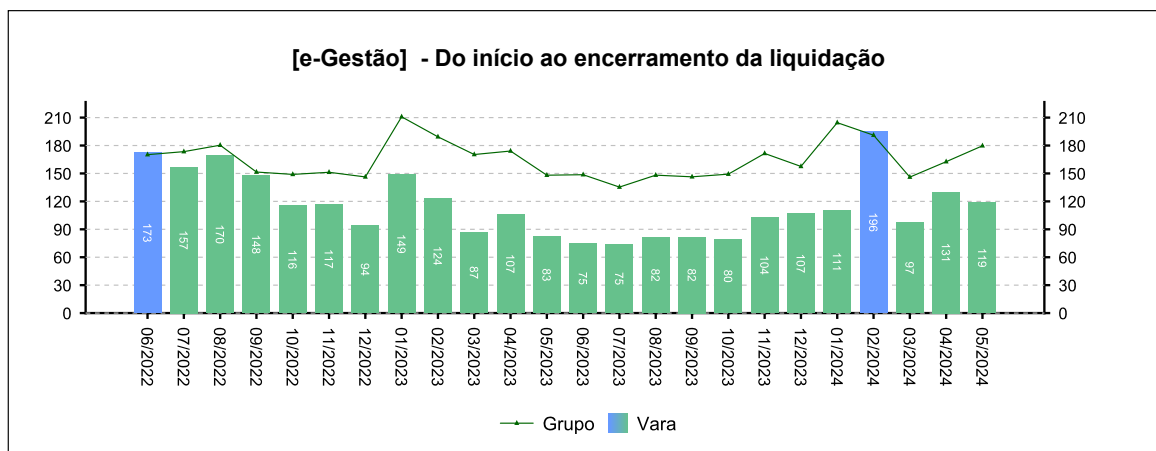


5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.2 - Fase de Liquidação

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação	374	103	165	---
Período: 08/2023 a 05/2024				





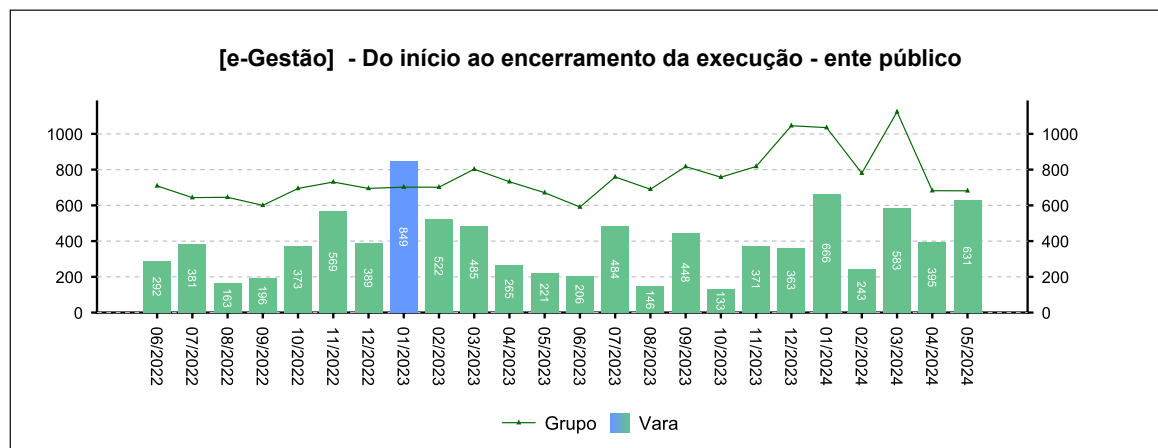
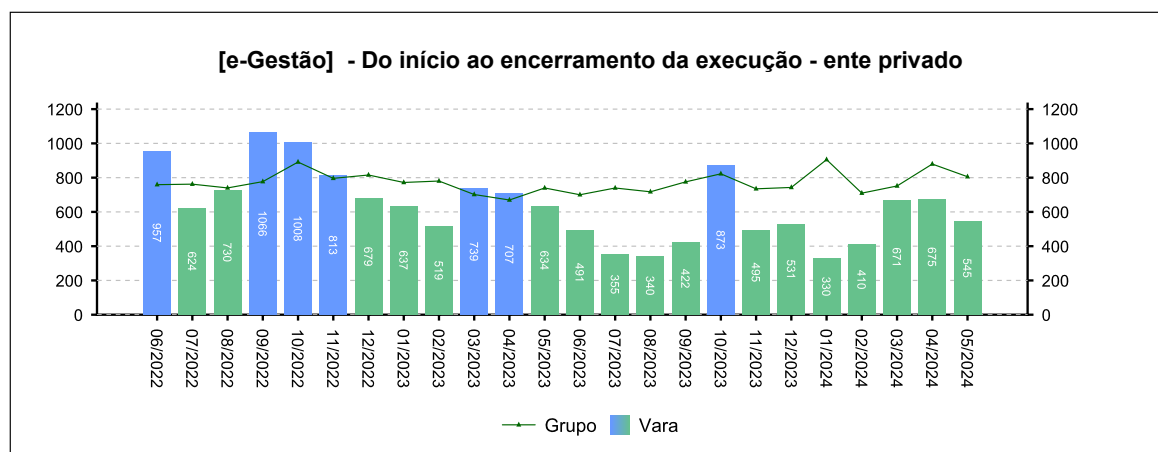
5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	201	503	786	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	60	452	847	---
Total / Média	261	492	801	---

Período: 08/2023 a 05/2024

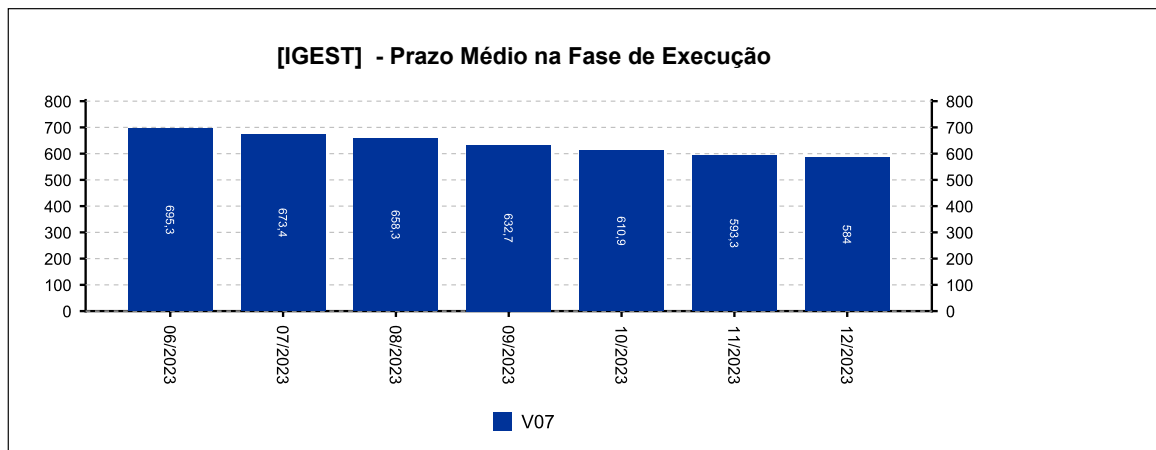




5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução





6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

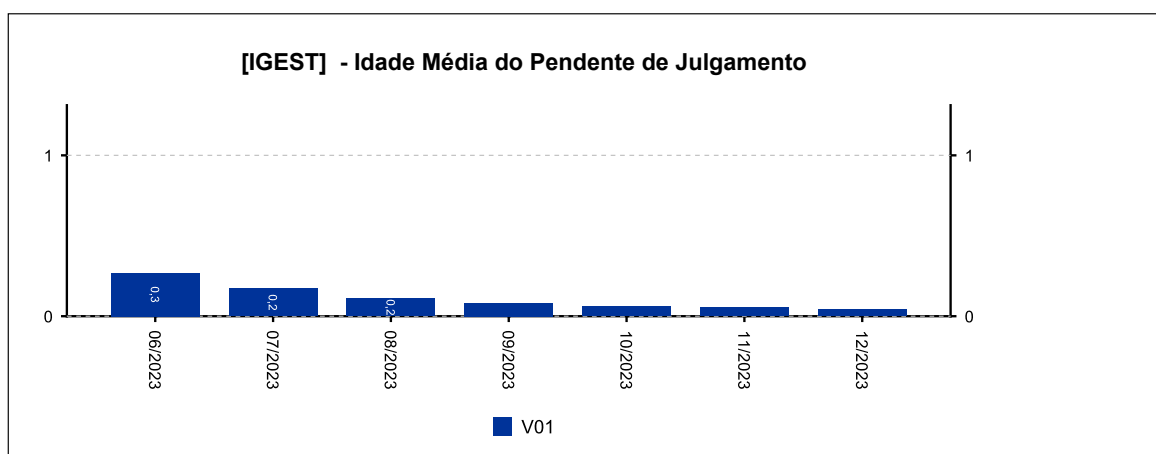
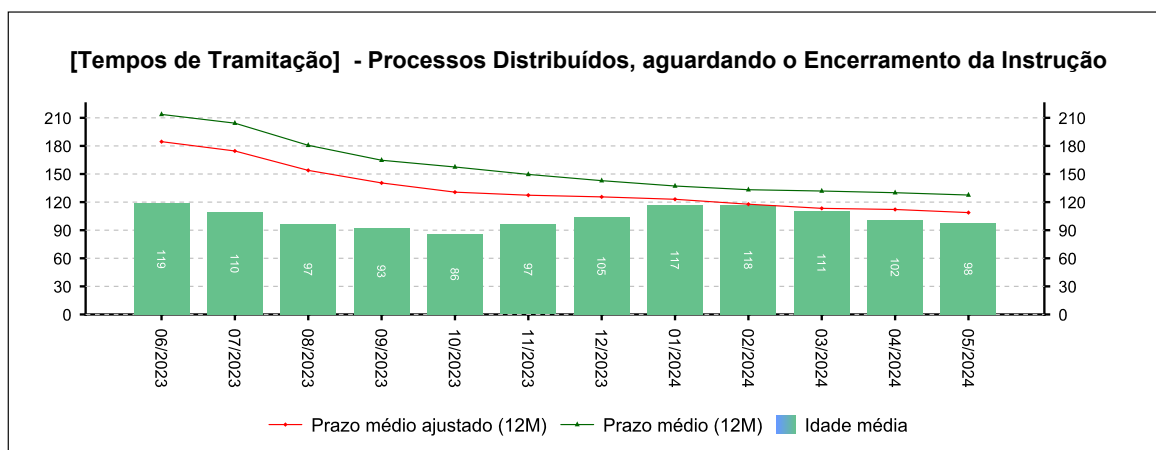
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

6.1 - Processos Distribuídos, aguardando o Encerramento da Instrução

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0010676-57.2022.5.15.0110	19/10/2022	26/08/2022	644
0010822-98.2022.5.15.0110	21/11/2022	18/10/2022	591
0010059-63.2023.5.15.0110	29/06/2023	26/01/2023	491
0010098-60.2023.5.15.0110	20/03/2023	17/02/2023	469
0010207-74.2023.5.15.0110	14/06/2023	30/03/2023	428

Período: até 05/2024





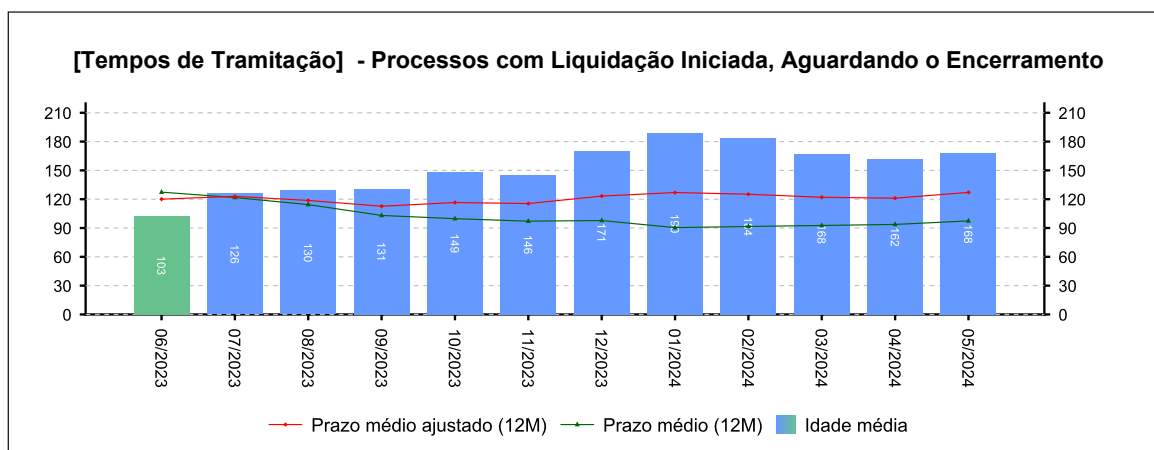
6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.2 - Processos com Liquidação Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0010700-03.2013.5.15.0110	13/04/2015	13/09/2013	3.336
0010696-63.2013.5.15.0110	13/04/2015	13/09/2013	3.336
0011292-71.2018.5.15.0110	13/08/2019	21/11/2018	1.753
0011976-59.2019.5.15.0110	21/06/2020	14/12/2019	1.440
0011561-34.2019.5.15.0027	21/06/2020	31/12/2019	1.440

Período: até 05/2024





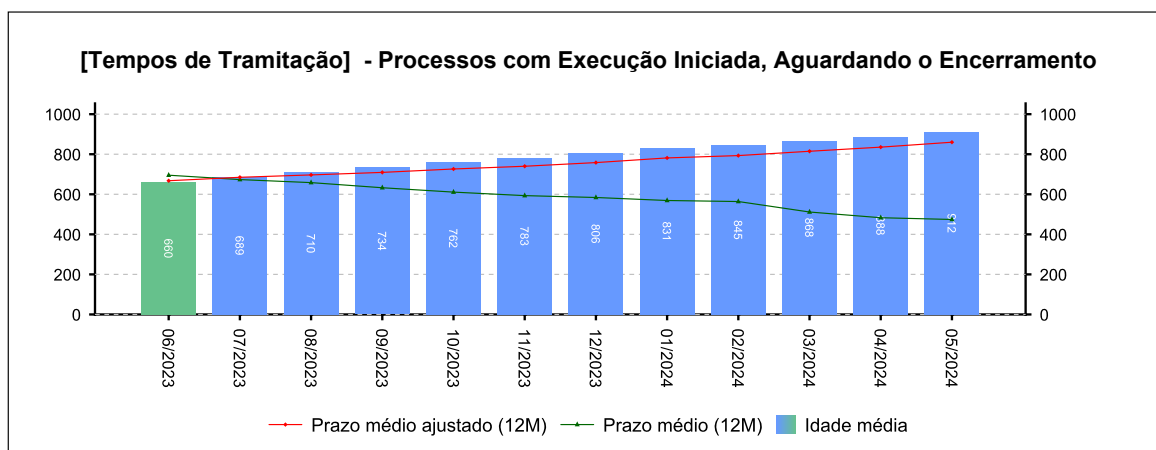
6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.3 - Processos com Execução Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0106700-75.2007.5.15.0110	07/01/2008	18/09/2007	5.989
0136500-22.2005.5.15.0110	20/01/2010	19/12/2005	5.245
0001101-74.2012.5.15.0110	08/08/2012	07/08/2012	4.314
0010270-51.2013.5.15.0110	05/03/2014	06/07/2013	3.740
0010066-07.2013.5.15.0110	01/05/2014	28/05/2013	3.683

Período: até 05/2024





6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.4 - Resumo

	MAIOR IDADE (DIAS)	MÉDIA (DIAS)	PRAZO MÉDIO (DIAS)	PRAZO MÉDIO ESTIMADO (DIAS)*
Da Distribuição até o Encerramento da Instrução	644	97	128	109
Do Início ao Encerramento da Liquidação	3336	168	97	127
Do Início ao Encerramento da Execução	5989	911	474	860
Período: até 05/2024				

*Valor estimado do respectivo prazo médio caso os processos deixassem a pendência, em dias.



7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

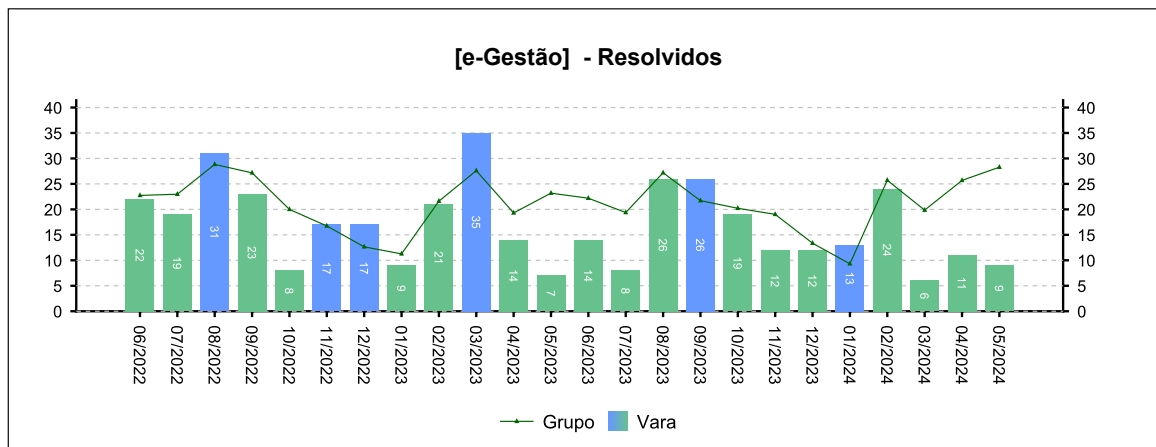
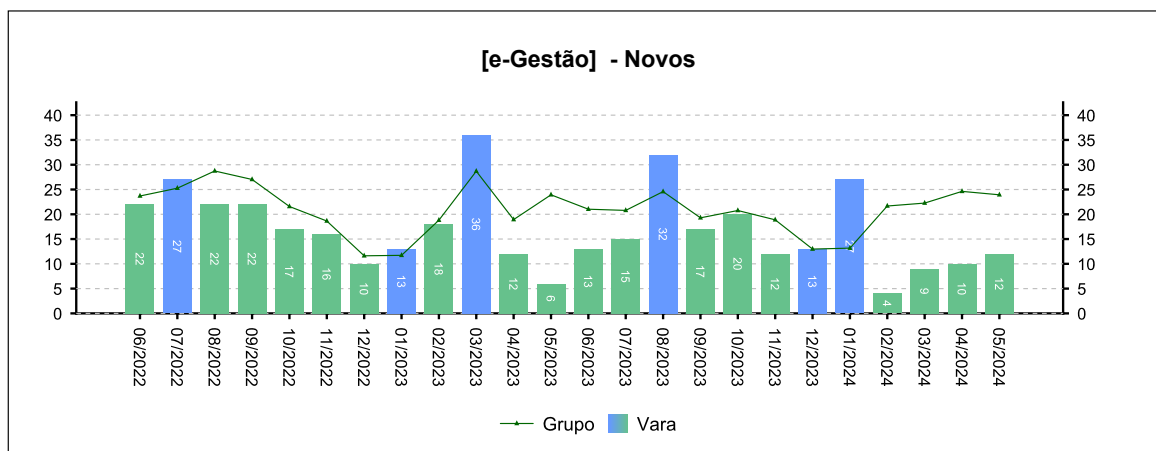
(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

7.1 - Embargos de declaração

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
156	158	8

Período: 08/2023 a 05/2024

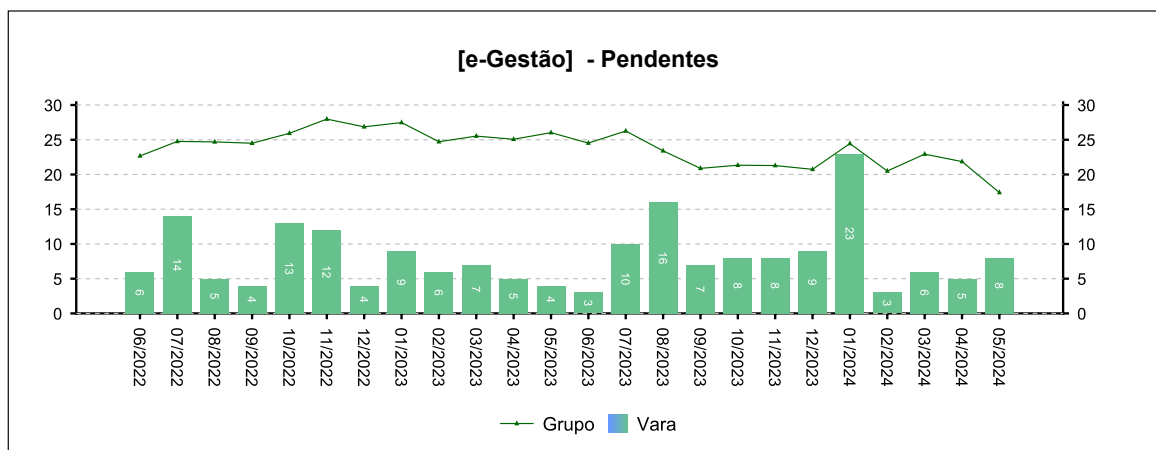




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Embargos de declaração





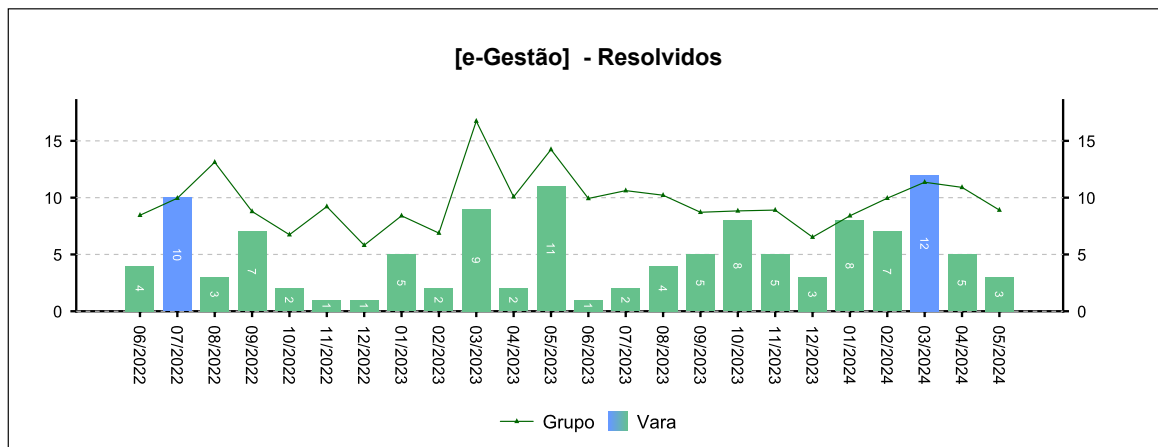
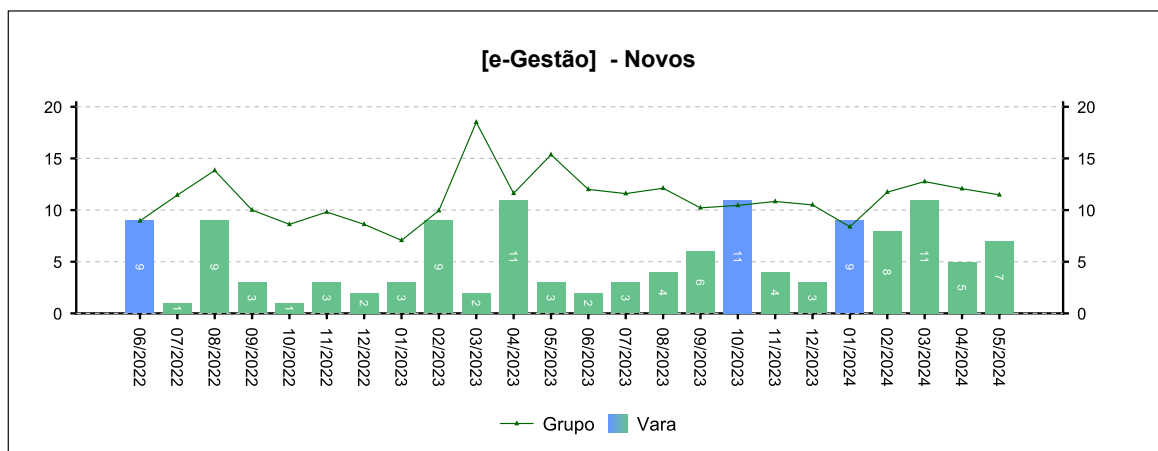
7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
68	60	3

Período: 08/2023 a 05/2024

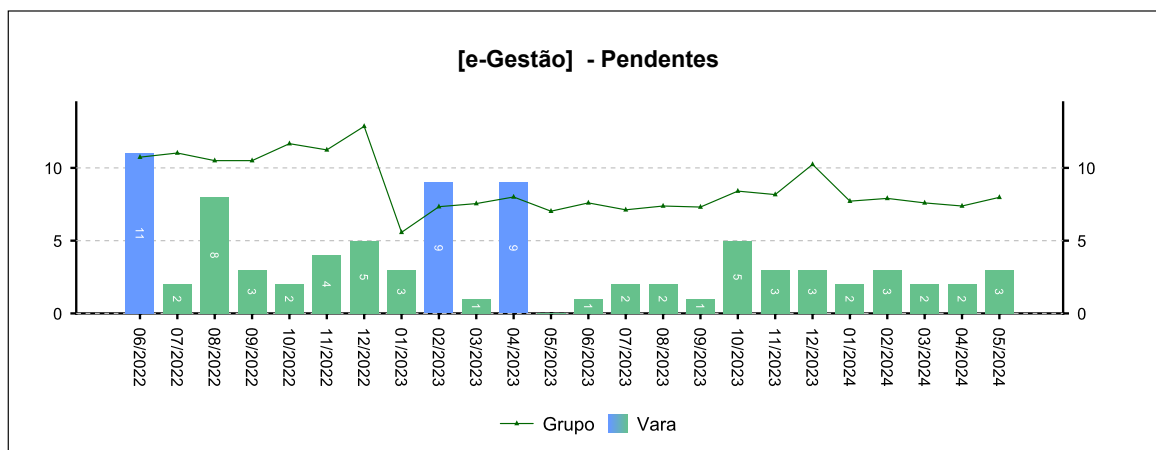




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias





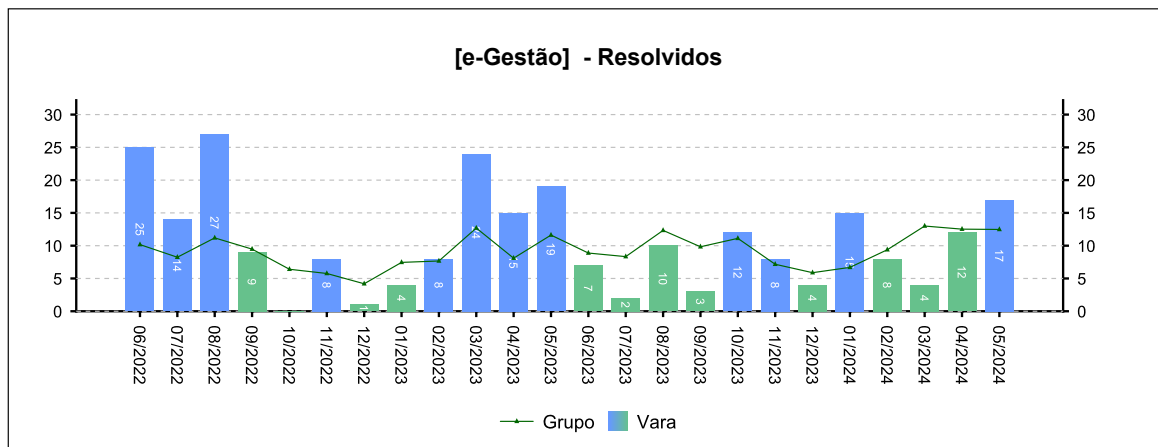
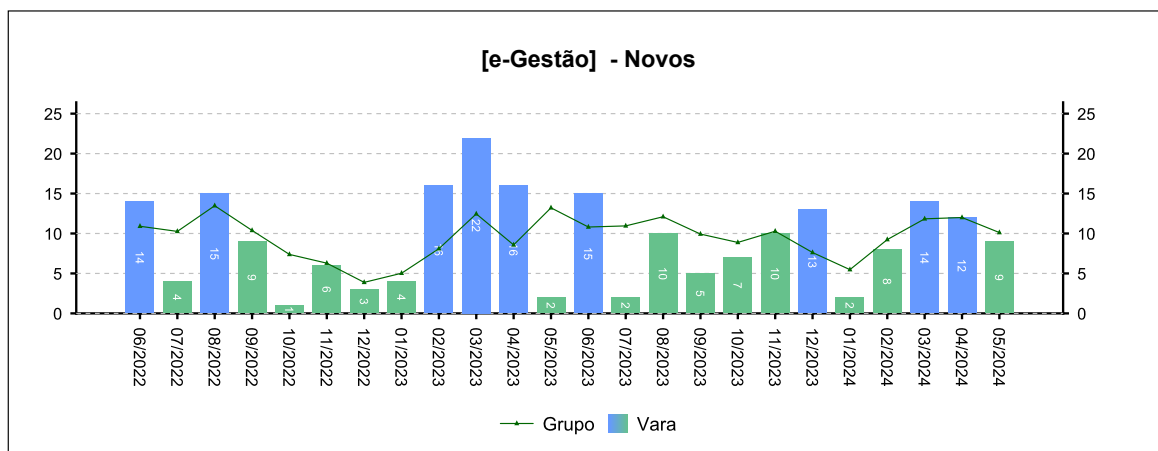
7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
90	93	13

Período: 08/2023 a 05/2024

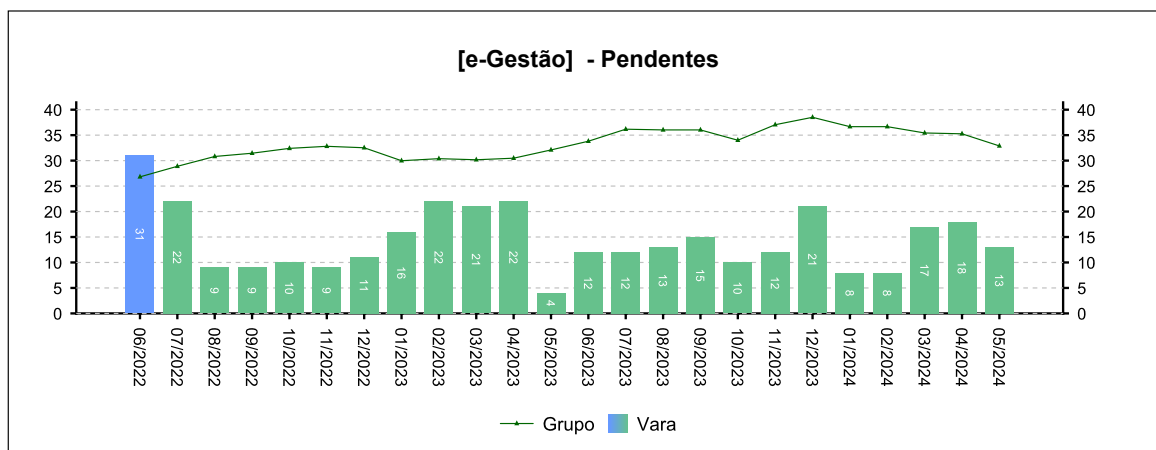




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.4 - Total de Incidentes

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
314	311	24
Período: 08/2023 a 05/2024		





8 - RECURSOS

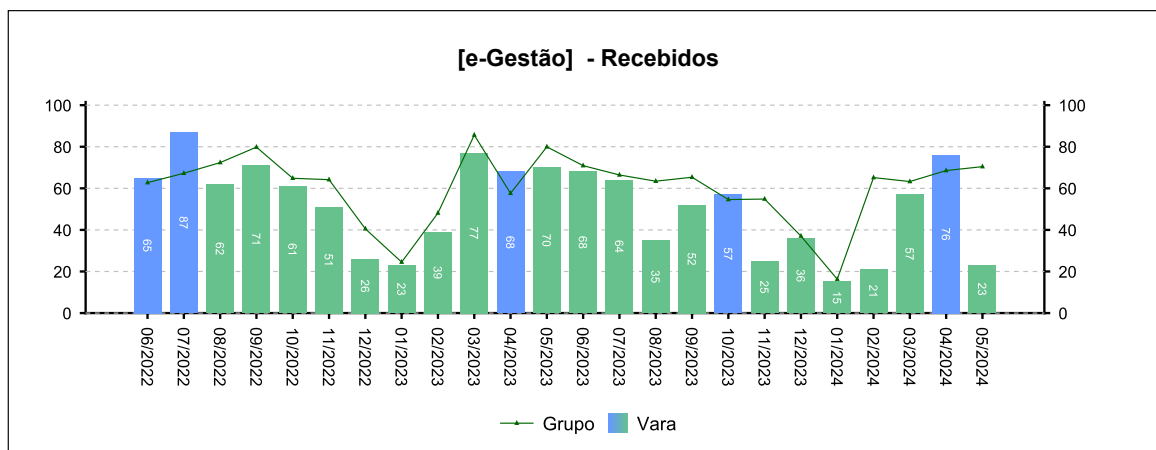
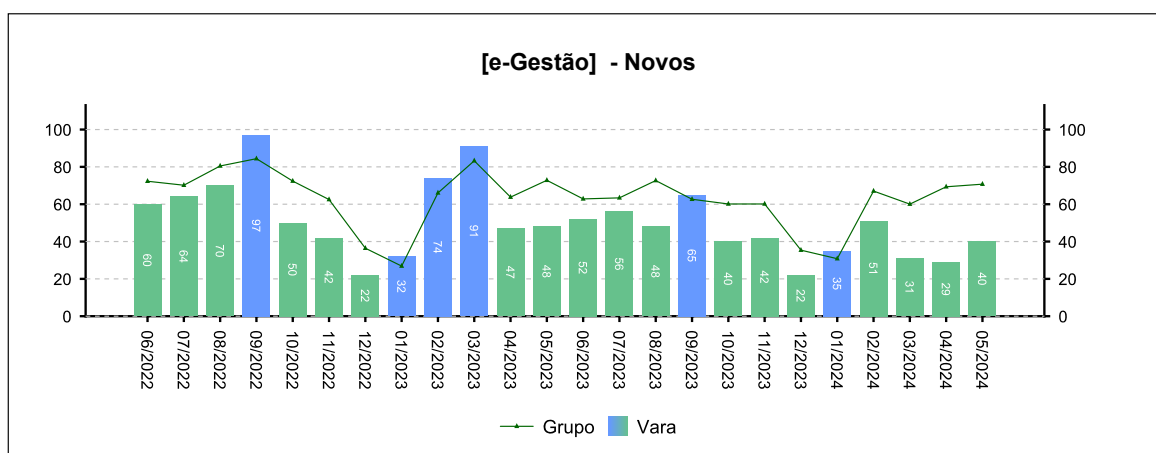
(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

8.1 - Recurso Ordinário

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
403	397	33

Período: 08/2023 a 05/2024

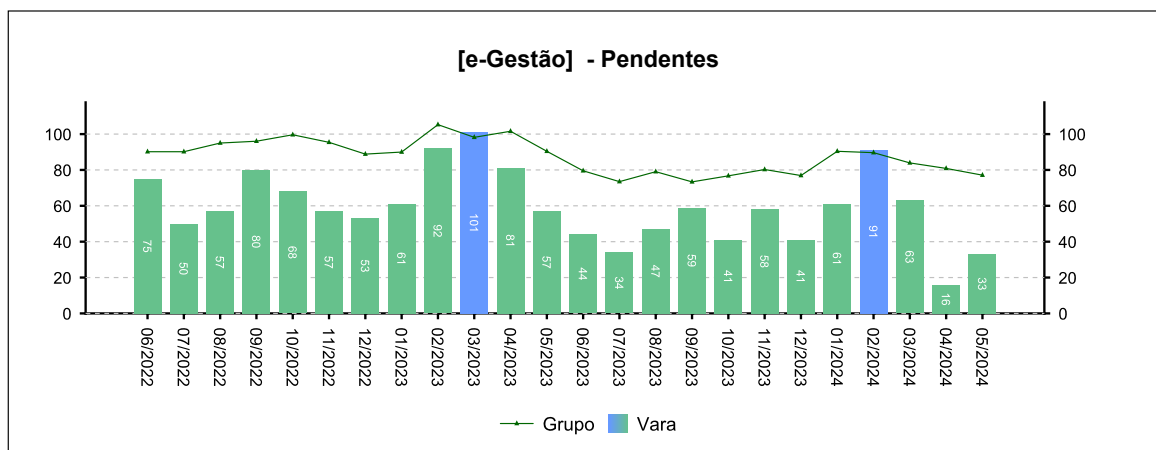




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.1 - Recurso Ordinário





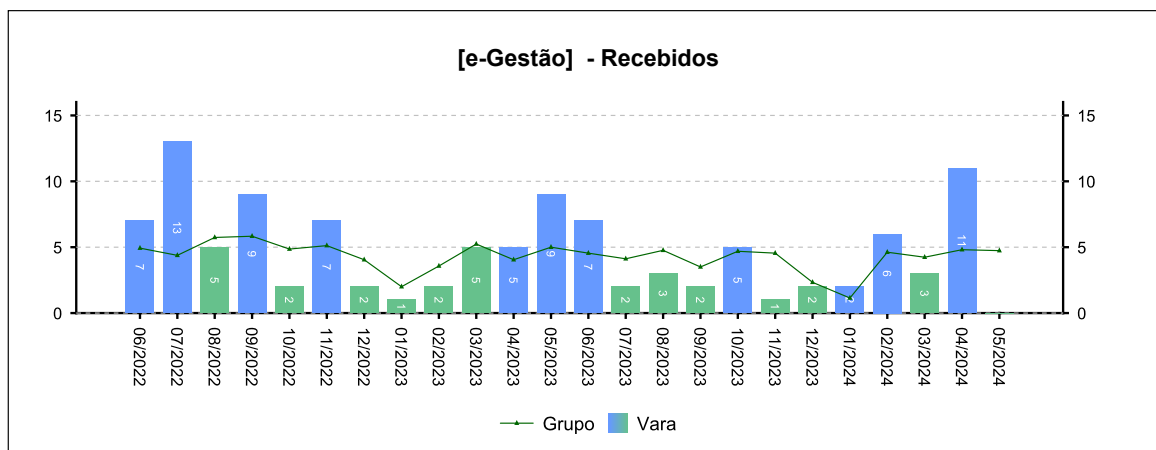
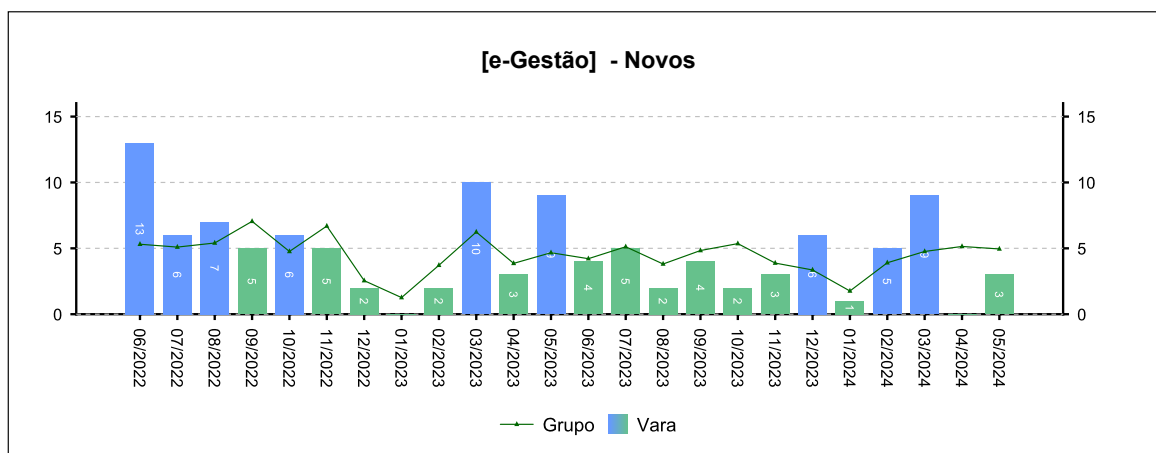
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
35	35	3

Período: 08/2023 a 05/2024

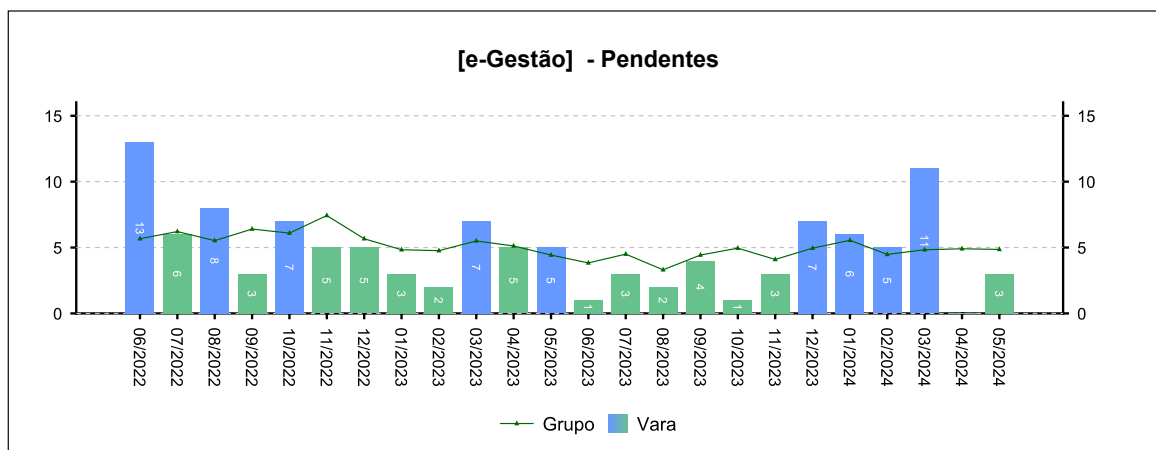




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo





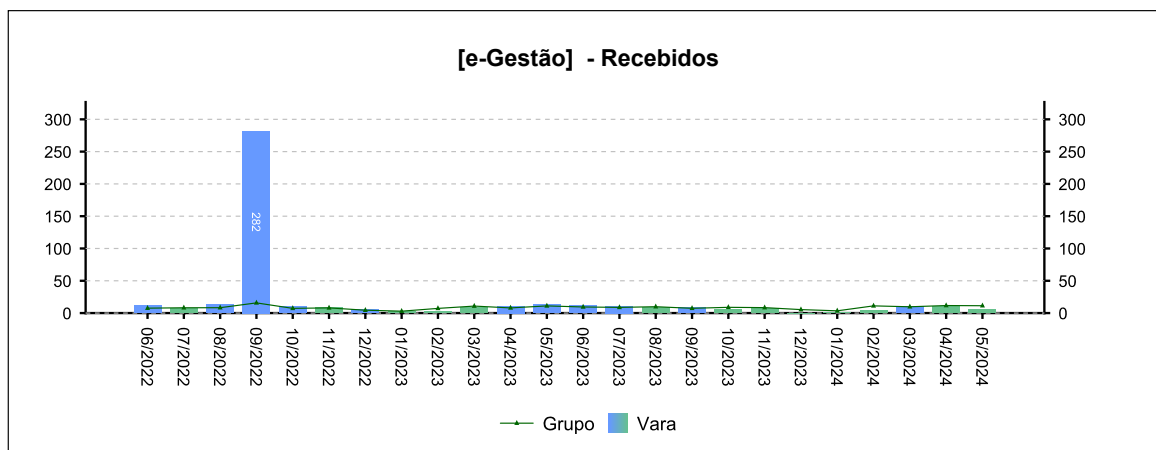
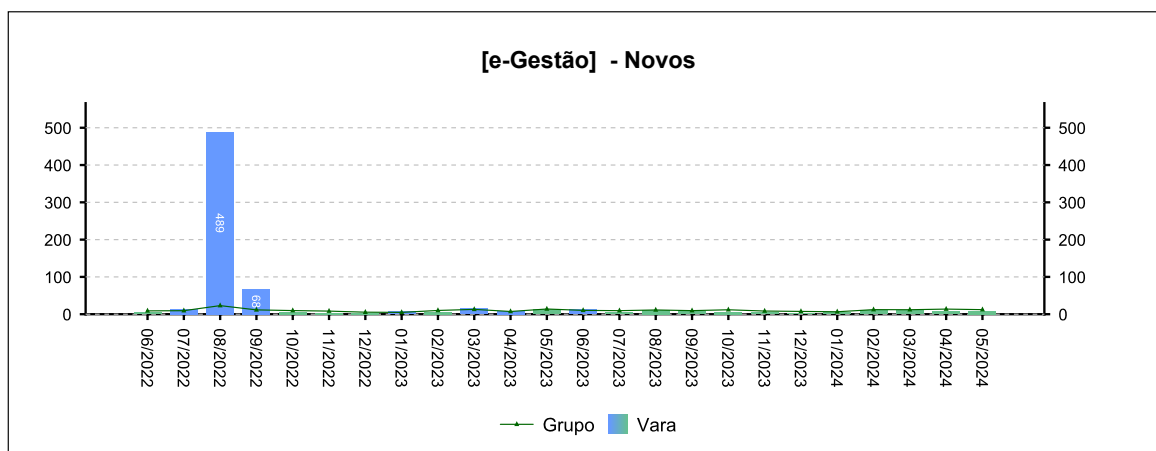
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
72	60	10

Período: 08/2023 a 05/2024

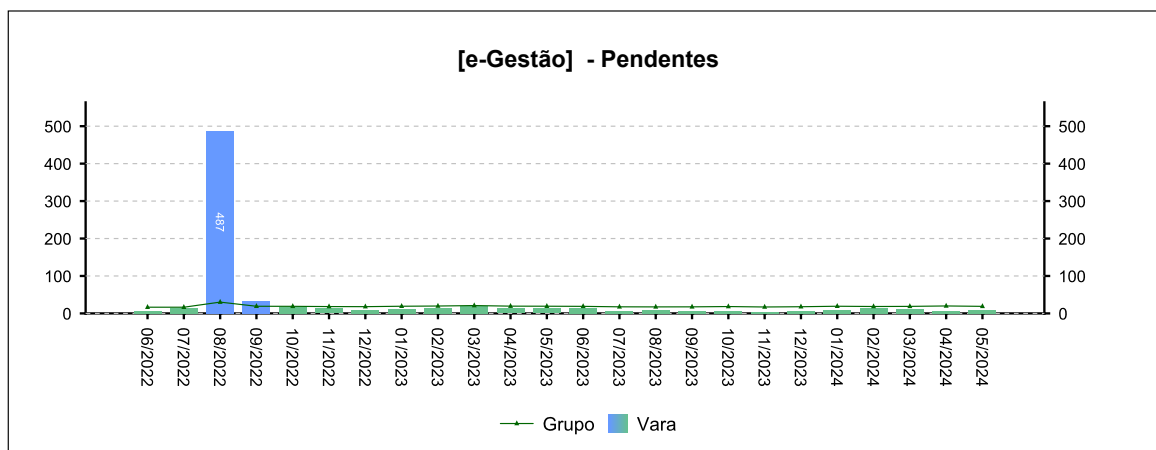




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição





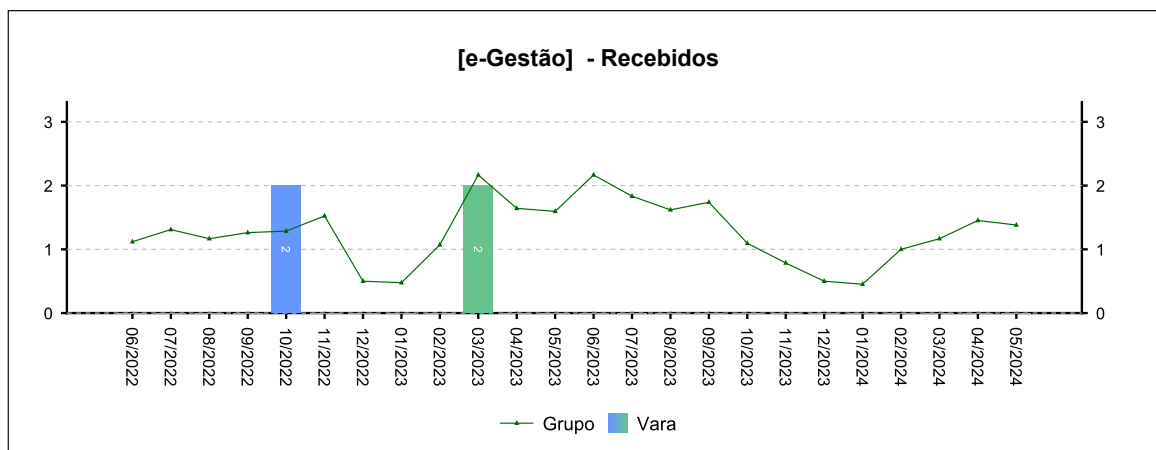
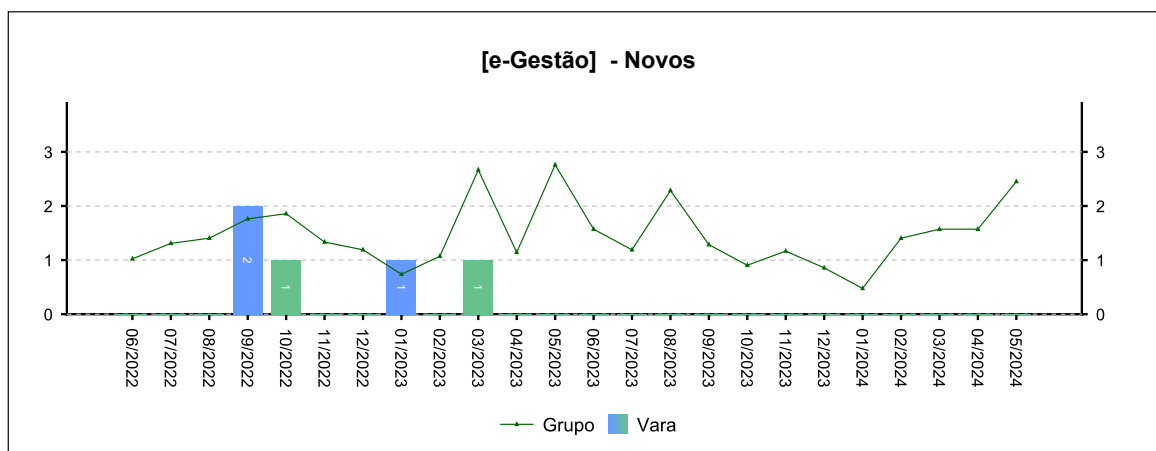
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
0	0	1

Período: 08/2023 a 05/2024

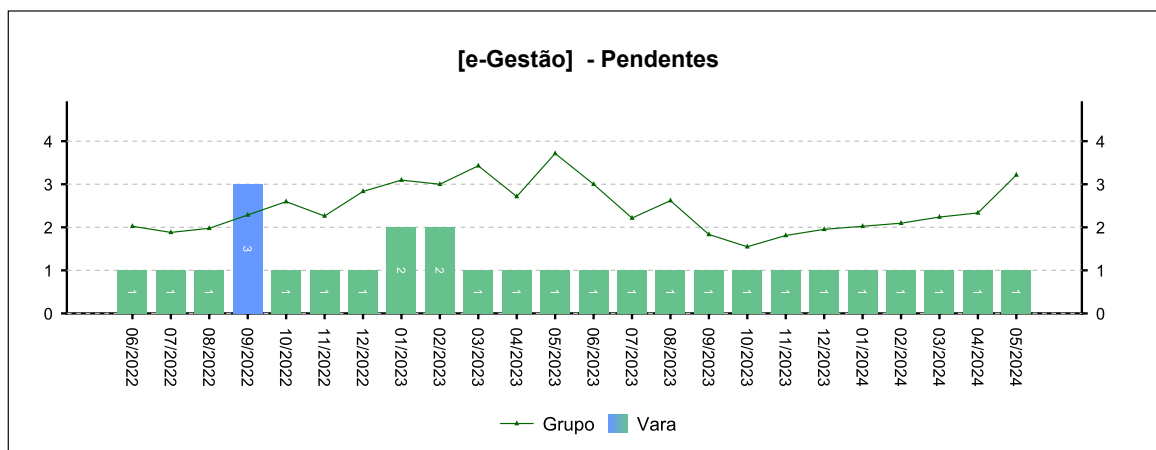




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.5 - Total de Recursos

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
510	492	47
Período: 08/2023 a 05/2024		



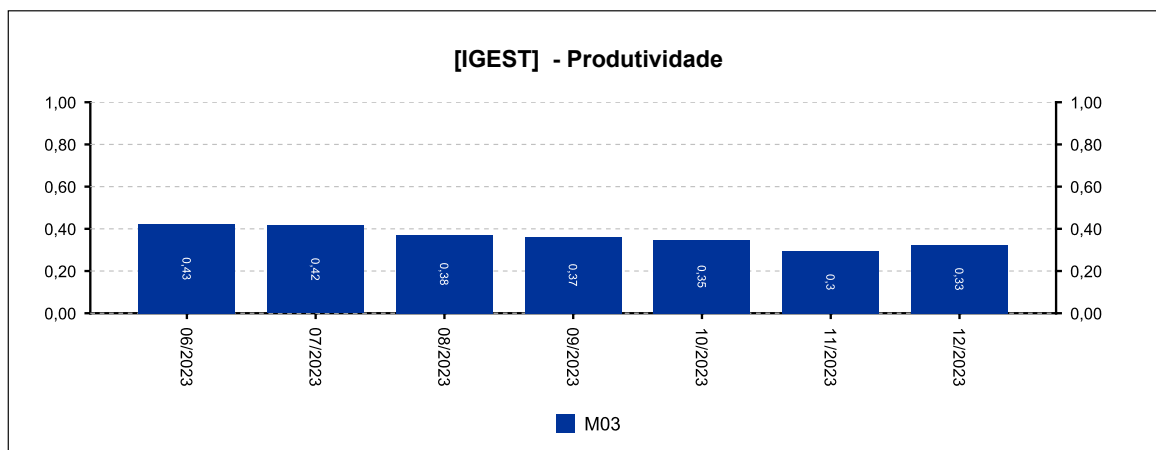
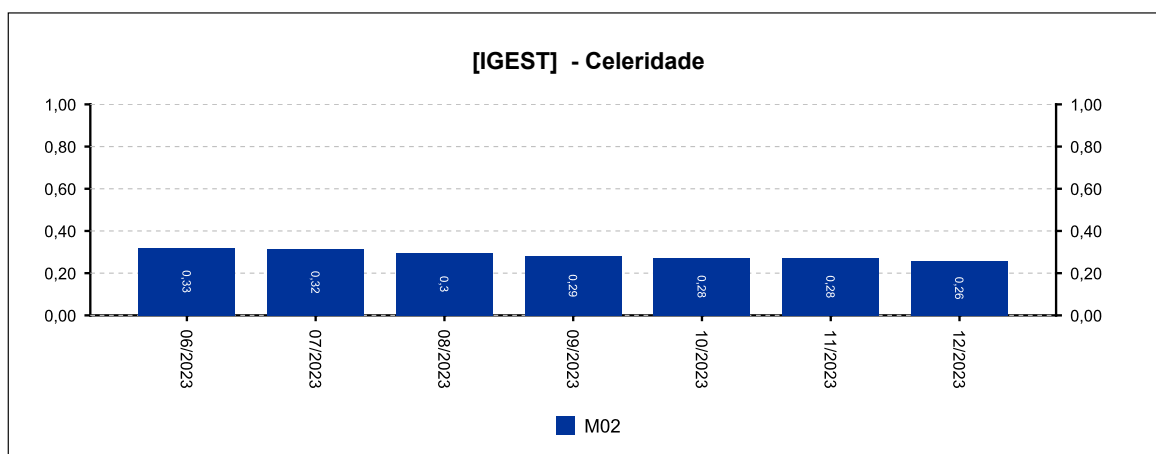
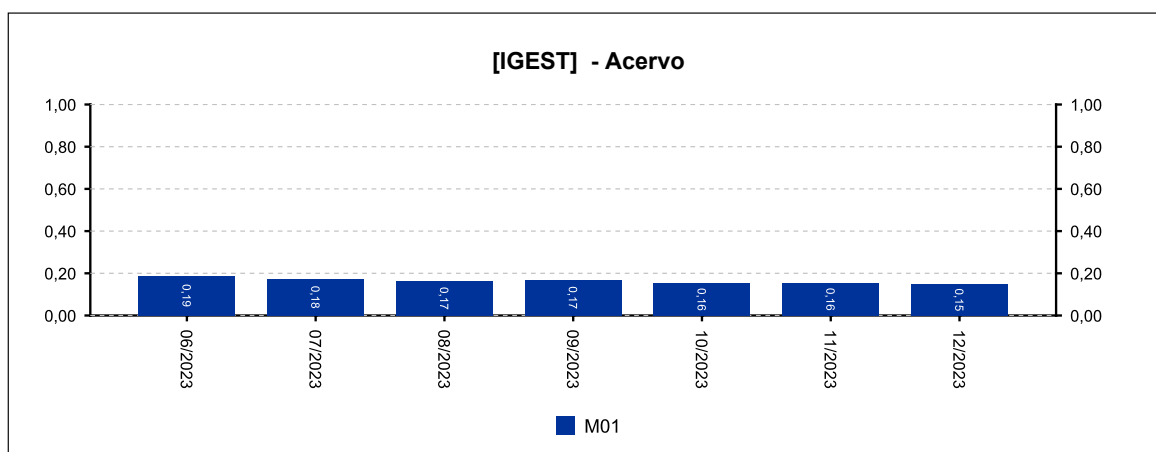


9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

[Voltar](#)

(fonte: e-SinCor - IGEST e Horus - TRT8)

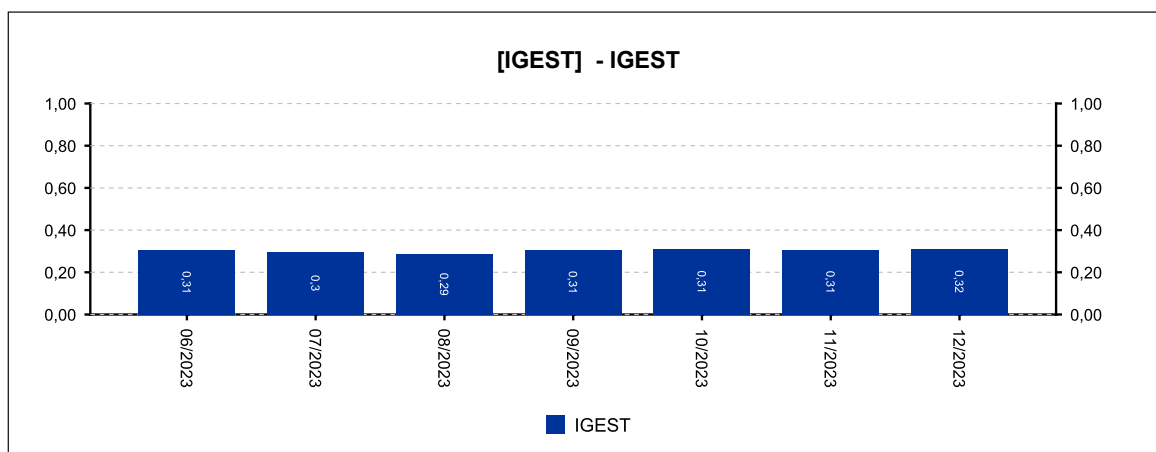
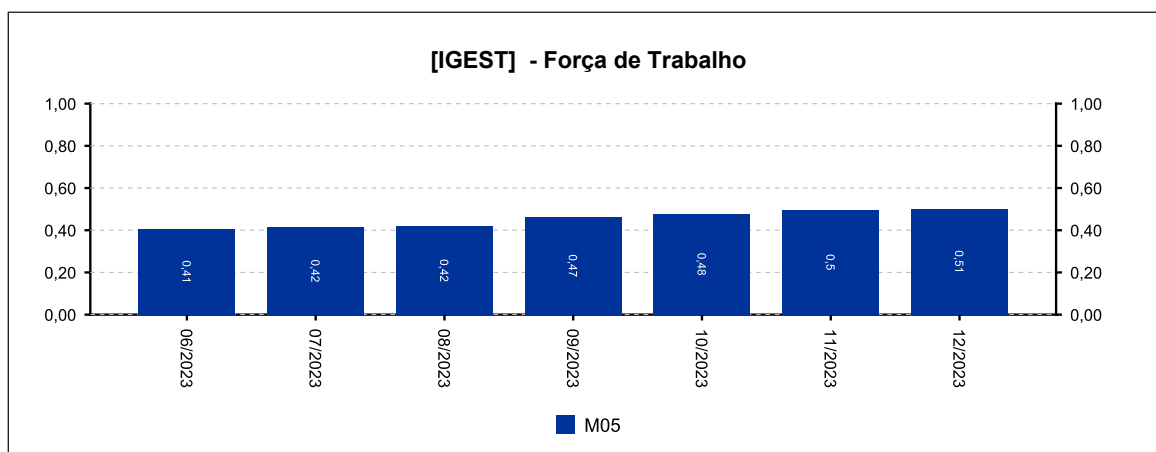
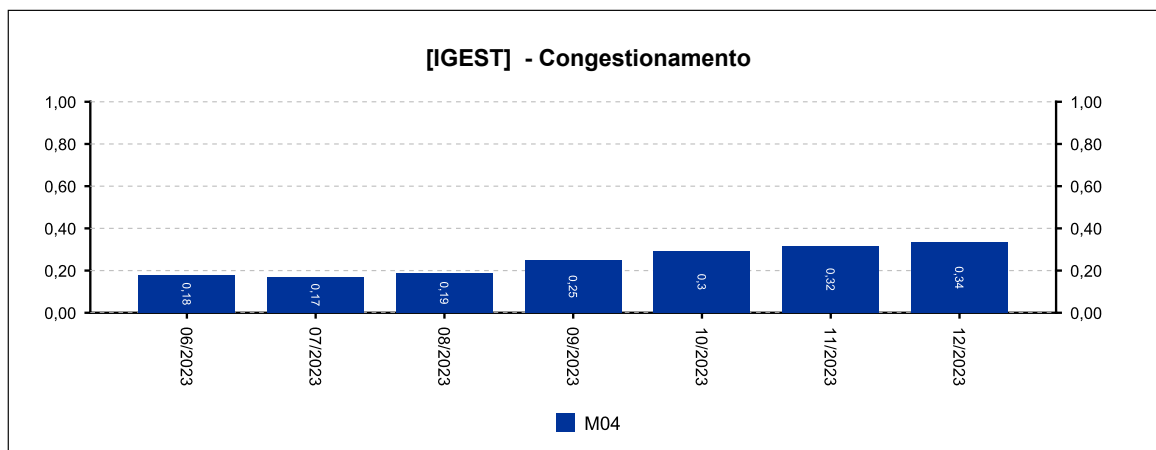
DATA IGEST	M01	M02	M03	M04	M05	IGEST
10/2023	0,1520	0,2728	0,3479	0,2932	0,4781	0,3088
11/2023	0,1533	0,2712	0,2951	0,3166	0,4963	0,3065
12/2023	0,1480	0,2579	0,3234	0,3325	0,5015	0,3127





9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

(fonte: e-SinCor - IGEST e Horus - TRT8)





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [06/2023 a 05/2024]

[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	470	39,2	35,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	494	41,2	36,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	964	80,3	71,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	125	10,4	9,3
Incidentes Processuais Resolvidos	345	28,8	25,7
Dias-Juiz	402	33,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	23.179	46,0	31,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	29.219	58,0	39,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	52.398	104,0	71,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	6.479	12,9	8,8
Incidentes Processuais Resolvidos	20.278	40,2	27,6
Dias-Juiz	22.077	43,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	100.400	54,7	32,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	134.102	73,0	43,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	234.502	127,7	75,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	31.342	17,1	10,1
Incidentes Processuais Resolvidos	99.281	54,1	32,1
Dias-Juiz	92.900	50,3	---

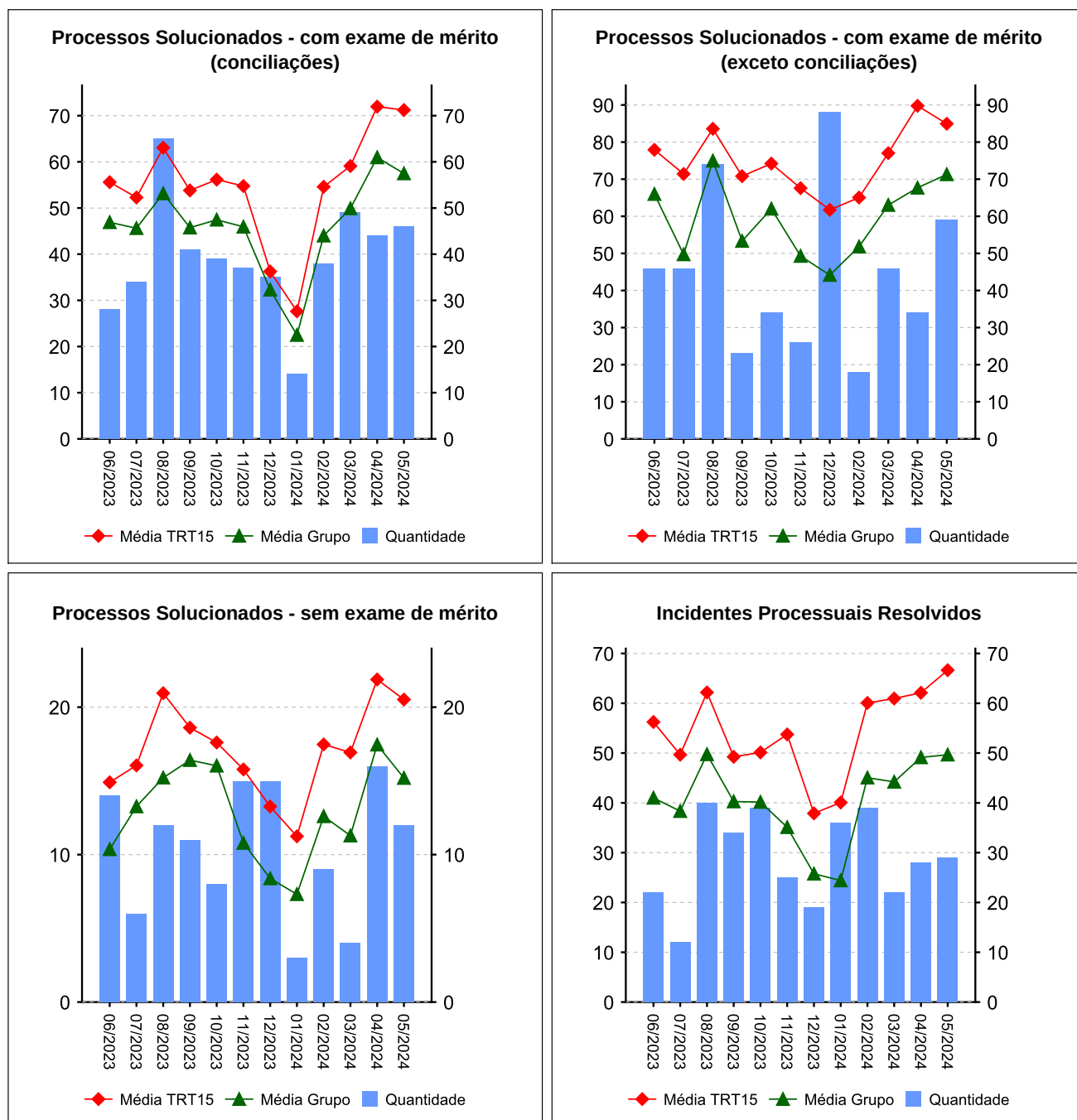
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [06/2023 a 05/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [06/2023 a 05/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	560	46,7	41,8
Sessões de audiência realizadas - instrução	404	33,7	30,1
Sessões de audiência realizadas - una	403	33,6	30,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	141	11,8	10,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	118	9,8	8,8
Sessões de audiência realizadas - justificação prévia	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução e julgamento	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - encerramento de instrução	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - inquirição de testemunha (juízo	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	807	67,3	60,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	259	21,6	19,3
Dias-Juiz	402	33,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	22.077	43,8	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	92.900	50,3	---

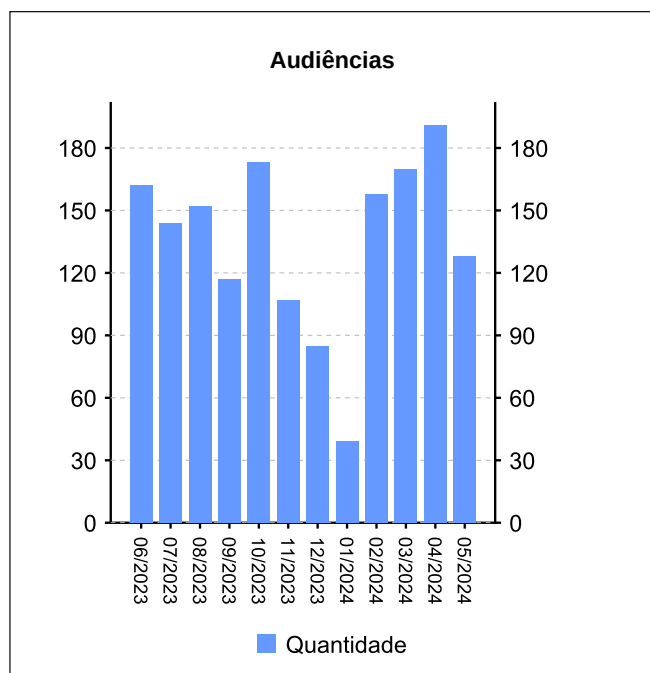




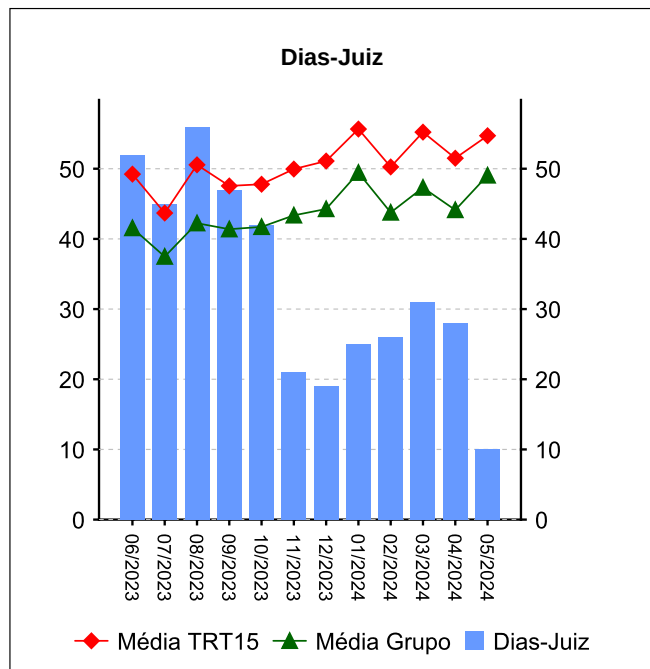
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [06/2023 a 05/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
06/2023	12	8	52	58	32	162
07/2023	4	20	45	39	36	144
08/2023	14	3	57	37	41	152
09/2023	10	0	47	36	24	117
10/2023	5	12	68	41	47	173
11/2023	4	0	45	24	34	107
12/2023	17	8	26	19	15	85
01/2024	11	0	12	0	16	39
02/2024	8	18	59	35	38	158
03/2024	13	15	56	40	46	170
04/2024	11	10	60	51	59	191
05/2024	32	24	33	24	15	128
Total	141	118	560	404	403	1626



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
06/2023	52
07/2023	45
08/2023	56
09/2023	47
10/2023	42
11/2023	21
12/2023	19
01/2024	25
02/2024	26
03/2024	31
04/2024	28
05/2024	10
Média Mensal	33,5



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



[Voltar](#)

11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

(fonte: e-Gestão)

ANO	QTD PROCESSOS
2021	1490
2022	969
2023	1079
2024 (*)	535
(*) Período: 01/2021 a 05/2024	





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

CUSTAS E EMOLUMENTOS	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 185.344,98	R\$ 125.859,69	R\$ 1.120.491,17
Período: 08/2023 a 05/2024		





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

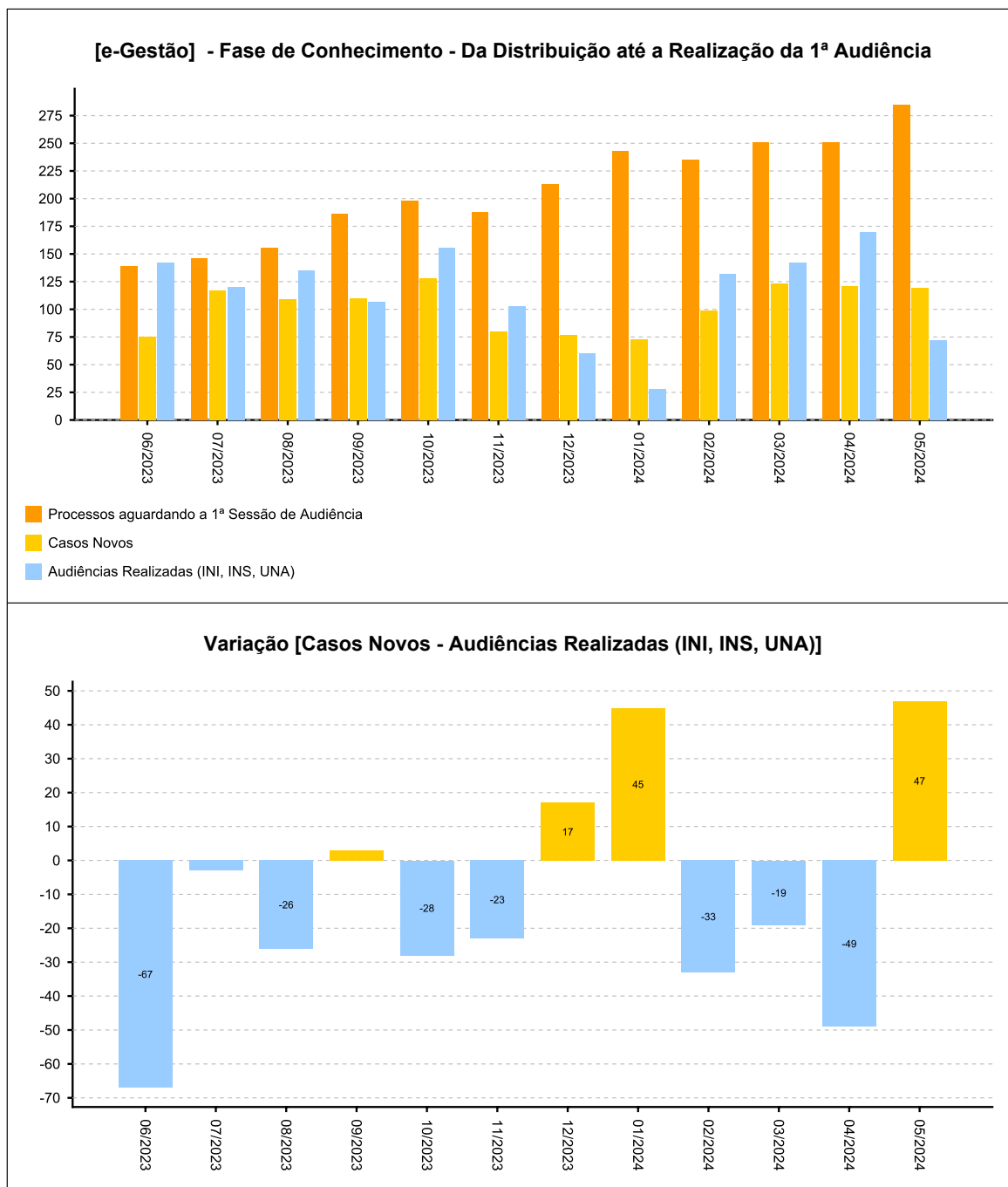
ANO	PROCESSOS
2022	3
2023	134
2024	391
Período: até 05/2024	





14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 05/2024]
(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)





14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 05/2024]
(fonte: e-Gestão)

